

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LIVIA NAOMI CHIBA

**DEFICIÊNCIA E CAPACITISMO: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DOS
“ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA”**

CAMPINAS
2023

LIVIA NAOMI CHIBA

**DEFICIÊNCIA E CAPACITISMO: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DOS
“ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Régis Henrique dos Reis Silva.

CAMPINAS
2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

C431d Chiba, Livia Naomi, 2000-
Deficiência e capacitismo : uma investigação a partir dos "Estudos Sobre Deficiência" / Livia Naomi Chiba. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Régis Henrique dos Reis Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Estudos sobre deficiência. 2. Capacitismo. 3. Educação. I. Silva, Régis Henrique dos Reis. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Disability and ableism: an investigation from "Disability Studies"

Titulação: Licenciada

Banca examinadora:

Régis Henrique dos Reis Silva [Orientador]

Michele de Mendonça Leite

Data de entrega do trabalho definitivo: 13-12-2023

LIVIA NAOMI CHIBA

**DEFICIÊNCIA E CAPACITISMO: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DOS
“ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Régis
Henrique dos Reis Silva.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Régis Henrique dos Reis Silva
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

Prof.^a Ma. Michele de Mendonça Leite
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Yukiko Yoshida Chiba e Luiz Shadao Chiba por todo apoio e incentivo durante toda a minha vida e principalmente nesses cinco anos de graduação, eles são a minha base e minha força para sempre continuar. Meu irmão Caio Keisuke Chiba, por sempre incentivar a minha carreira e comemorar minhas conquistas. Meu namorado Matheus Perlato Castilho, que desde o início da graduação foi meu parceiro e companheiro de vivências na faculdade e um dos meus maiores incentivadores, agradeço também a minha sogra Alessandra Perlato Castilho, pedagoga, que me motivou para eu estar onde estou.

Agradeço às minhas amigas da pedagogia, por sempre dividirem os estudos e por serem minhas parceiras nesse caminho que foi tão importante na minha vida. Agradeço aos participantes do grupo de estudos História, Sociedade Educação Especial no Brasil, principalmente à Michele Mendonça Leite, por ter aceito o convite de ser a segunda leitora do meu TCC.

Por fim, agradeço imensamente o meu orientador de TCC e pesquisa Prof. Dr. Régis Henrique dos Reis Silva, que sempre foi muito paciente e encorajador para realizar a minha pesquisa do PIBIC e meu TCC.

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.”*
(Paulo Freire)

RESUMO

A discriminação, o preconceito e os mecanismos de opressão em que as pessoas com deficiência são submetidas é chamado de capacitismo, em que pese as políticas, legislações e normativas ditas “inclusivas”, a concepção presente em nossa sociedade é a de que as pessoas com deficiência são menos aptas ou menos capazes de gerir a própria vida (DIAS, 2013). Nesse sentido, o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é identificar e discutir as possíveis contribuições da produção teórica dos “Estudos sobre a Deficiência” ou em inglês “*Disability Studies*” para o desenvolvimento de pesquisas e práticas anticapacitistas na educação. Para cumprir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico-documental, delimitada a produção acadêmica brasileira publicada no período de 2001 a 2021. As fontes bibliográficas-documentais foram artigos, livros, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos que trataram da temática deficiência, capacitismo e estudos sobre a deficiência, foram estudadas 65 produções. Diante de tal análise, nas considerações finais identificamos que tal estudo é recente, pois a crescente de publicações sobre o tema começou no ano de 2012, a maioria dos trabalhos foram publicados na forma de artigo e a pesquisa é recorrente por alguns autores. Dentre os 65 trabalhos, foram identificados 14 temas principais, no qual auxiliaram para responder a pergunta da pesquisa: Qual(is) a(s) contribuição(ões) da produção teórica dos “Estudos sobre a Deficiência” para o desenvolvimento de pesquisas e práticas anticapacitistas na educação?

Palavras Chaves: Estudo sobre a deficiência; Capacitismo; Educação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

| | | |
|-----------|--|----|
| Tabela 1- | Demonstrativos da quantidade de materiais encontrados em cada base de dados ----- | 28 |
| Tabela 2- | Quantidade de materiais por formato de publicação ----- | 30 |
| Tabela 3- | Demonstrativo em relação das publicações em revistas ----- | 30 |
| Tabela 4- | Quantidade de trabalhos publicados em cada Instituição de Ensino Superior ----- | 31 |
| Tabela 5- | Demonstrativo das editoras que publicaram livros ----- | 32 |
| Tabela 6- | Quantidade de publicações por autores----- | 32 |
| Tabela 7- | Temáticas dos materiais coletados ----- | 33 |

GRÁFICO

GRÁFICO

Gráfico 1-

Evolução da quantidade de publicações entre os anos 2001 e
2021 -----

29

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ANPED | Portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação |
| APAE | Associação de Pais e Amigos Excepcionais |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CENESP | Centro Nacional da Educação Especial |
| FPAS | Fundo de Previdência e Assistência Social |
| GT | Grupo de Trabalho |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| SECADI | Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão |
| SEESP | Secretaria de Educação Especial |
| SciELO | ScientificElectronic Library Online |
| SINPAS | Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UFSCar | Universidade Estadual de São Carlos |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UPIAS | Union Physical Impairment Against Segregation |
| USP | Universidade de São Paulo |
| MEC/USAID | Brasil/Estados Unidos da América do Norte |
| MEC | Ministério da Educação |
| MS | Mato Grosso do Sul |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA E O CAPACITISMO | 15 |
| 1.1 - O que é o capacitismo?..... | 15 |
| 1.2 - Uma breve história sobre deficiência e capacitismo | 18 |
| 1.3- Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil..... | 23 |
| CAPÍTULO 2 - UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA E CAPACITISMO | 28 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 45 |
| REFERÊNCIAS | 48 |
| APÊNDICE | 54 |

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência sofrem capacitismo ou *ableism* em inglês que significa discriminação por motivo de deficiência, isso acontece quando a sociedade não acredita em suas capacidades, infantilizam e as submetem devido às suas condições físicas ou mentais, segundo Oliver (1996, p. 44):

Todas as pessoas com deficiência experimentam múltiplas maneiras de restrições sociais, seja devido à inacessibilidade de alguns ambientes ou de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade de a população em geral se comunicar mediante uma linguagem gestual ou pelo uso do Braille, ou ainda pelas atitudes de descrédito e preconceito desferidas contra as pessoas com deficiência.

Essas práticas obviamente foram construídas historicamente. A teoria da eugenia *galtoniana* permitiu a conceituação do “enfraquecimento genético”, esta, consistia em uma melhora racial, utilizando o método de esterilização forçada e até assassinato. No regime nazista a lei de prevenção contra pessoas de condição congênita foi promulgada em julho de 1933. Essa lei foi revogada apenas em 2007, mesmo após o fim do nazismo alemão e o reconhecimento de suas atrocidades e crimes contra a humanidade, e até hoje não houve nenhuma indenização às famílias, o que mostra o tratamento indigno em que as pessoas com deficiência ainda são submetidas (Dias, 2013).

As teorias eugênicas e capacitistas precisam ser compreendidas no âmbito do modo de produção capitalista, pois:

Quanto mais avançou o capitalismo e mais elevado se mostrou seu desenvolvimento, mais individualizado se tornou o homem. Dessa forma, não havia mais grupos, comunidades, é cada um por si, assim veio a ideia de que os corpos deficientes não se acomodaram às necessidades do trabalho assalariado capitalista e assim vem a exclusão deles. (Oliver, 1996, p. 47-48).

De acordo com Piccolo e Mendes (2013, p.460), na sociedade capitalista, os corpos são vistos da seguinte forma:

Dentre este conjunto de problemas, o corpo aparece como portador de novas variáveis, sendo dividido não apenas entre ricos ou pobres, alimentados ou subnutridos, submissos ou indolentes, fortes ou fracos, como observamos em estádios históricos anteriores. Passa a ser também definido entre mais ou menos utilizável, mais ou menos favorável ao investimento rentável, aqueles com perspectivas de maior ou menor grau de sobrevivência e, claro, aqueles que se mostram mais ou menos proveitosos para receber o novo treinamento e disciplina necessária à produção gestada pela máquina.

Nesse sentido, os teóricos dos “Estudos sobre a Deficiência” também vão afirmar que o capacitismo enquanto prática social decorre de um sistema capitalista que oprime as pessoas com deficiência a partir da compreensão, que seus corpos, por apresentarem diferenças

significativas (lesão é o termo empregado por eles) em relação a maior parte da população, são incapazes e estão condenados aos tratamentos médicos e ao assistencialismo.

Mas afinal o que são esses estudos? Quem são seus teóricos? Pois bem, esses estudos iniciaram com o grupo denominado “*Disability Studies*”, o qual era formado por sociólogos londrinos, a saber: Oliver, Collin Barnes, Paul Abberley, Barton, Shakespeare e Finkelstein, todos ativistas da *Union Physical Impairment Against Segregation (UPIAS)*, com limitações físicas patentes, o grupo ergueu o tema da deficiência para uma questão de direitos, levando em conta a contribuição de outras minorias sociais e conduzindo-as para o interior do Departamento de Sociologia da *Leeds University* (Piccolo e Mendes, 2013).

As ações desse grupo iniciaram a partir da reivindicação de que as pessoas com deficiência fossem responsáveis pela definição e condução da sua própria história, que suas escolhas não fossem limitadas por profissionais médicos e/ou instituições asilares.

A questão de fundo que esse grupo estava questionando era a compreensão da deficiência como uma questão individual e uma tragédia pessoal. Se a deficiência é uma tragédia pessoal há uma significação e um modo de relação com ela, como tragédia se entende também por enchentes, terremotos, tornados, justificando as medidas por caridade e assistência, dessa forma torna essa questão mais de boa vontade do que um problema político (Piccolo e Mendes, 2013). Essa foi sem dúvidas a maior questão dos “Estudos sobre a Deficiência”, pois a partir de uma abordagem sociológica, os teóricos desse grupo começaram a discutir a deficiência como uma questão social e não individual, entender que ser deficiente é ter um modo de vida diferente que as das outras pessoas, isso não significa que as pessoas com deficiência precisam lidar com isso de forma individual, uma vez que a deficiência deve ser entendida no âmbito das relações sociais e das lutas por justiça social. (Diniz, 2007).

Mais recentemente, vários autores, nacionais e internacionais, tem chamado a atenção para o fato de que o capacitismo está associado a outras formas de exclusões e opressões como machismo, sexismo e racismo, pois é imposto pela sociedade que essas pessoas não atingem as expectativas do corpo normativo, dessa forma sofrem desvantagens e restrições nas atividades sociais, tanto é que a intersecção da deficiência com as outras categorias de exclusão é de extrema importância para sua emancipação e subjetividade dos sujeitos, visto que essas categorias impactam na vida das pessoas com deficiência. Portanto, situar a deficiência na ótica da interseccionalidade potencializa as lutas anticapacitistas, pois as relacionam com outras lutas anti-opressão (Gesser, Bock e Lopes, 2020).

Nesse sentido, e compreendendo que as práticas capacitistas também estão presentes nas instituições educacionais (Crochik *et. al.*, 2011), propomos para este trabalho de Conclusão de

Curso¹ responder o seguinte problema de pesquisa: Qual(is) a(s) contribuição(ões) da produção teórica dos “Estudos sobre a Deficiência” para o desenvolvimento de pesquisas e práticas anticapacitistas na educação?

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar, elencar e discutir as possíveis contribuições teóricas da produção bibliográfica dos “Estudos sobre a Deficiência” para o desenvolvimento de pesquisas e práticas anticapacitistas na educação. Mais especificamente, procuramos: a) Identificar a produção teórica dos “Estudos sobre a Deficiência” em interface com a educação da pessoa com deficiência nas principais bases de dados científicos nacionais e internacionais; b) Discutir os conceitos de deficiência, capacitismo e anti-capacitismo presente na produção bibliográfica dos “Estudos sobre a Deficiência”; e c) Identificar, elencar e discutir a partir da produção teórica pesquisada, elementos para o desenvolvimento de pesquisas e práticas anticapacitistas na educação.

Para responder à pergunta de pesquisa, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico-documental, delimitada a produção acadêmica brasileira publicada no período de 2001 a 2021. As fontes bibliográficas-documentais foram artigos, livros, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos que trataram da temática deficiência, capacitismo e estudos sobre a deficiência. As bases de dados virtuais² utilizadas foram: a) *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*; b) Google Acadêmico; c) Bibliotecas Virtuais da Unicamp, USP, Unesp e UFSCar; d) banco de teses e dissertações da CAPES; e) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); f) Portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), particularmente os Grupos de Trabalho (GT): Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos (GT03), Sociologia da Educação (GT14) e Educação Especial (GT15).

No sentido de identificar das fontes nas bases de dados virtuais supracitadas foi realizada combinações por meio de valência booleana dos seguintes termos combinados “deficiência”, “pessoas com deficiência”, “capacitismo”, “educação especial”, “educação inclusiva”, “inclusão escolar”, “estudos sobre a deficiência”, “estudos da deficiência”, “modelo social da deficiência” e “*disability studies*”.

A partir das fontes identificadas e coletadas, foi utilizada como técnica de coleta dos dados o levantamento bibliográfico-documental, a partir de fichas de registros, no qual

¹ Este TCC é uma continuação de uma Iniciação Científica, intitulado “Deficiência e Capacitismo: Uma investigação a partir dos “Estudos Sobre a Deficiência” realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Unicamp, no período de julho 2021 a outubro de 2022.

²A escolha das bases de dados serem apenas virtuais se deu pelo fato de que a pesquisa se iniciou no momento da pandemia causada pelo Coronavírus em 2020.

possibilitou a obtenção de informações sobre: a) nome dos/as autores/as; b) título dos trabalhos; c) tipo de publicação; d) ano de publicação; e) periódico, editora ou instituição de publicação; f) os principais temas abordados; g) os objetivos dos trabalhos; h) os principais resultados e conclusões.

Para a apresentação deste TCC, os dados coletados foram organizados em dois capítulos. O primeiro capítulo nomeado como “Deficiência e Capacitismo”, foi percorrido o processo histórico desses dois fenômenos sociais, já no segundo capítulo intitulado como “Uma breve caracterização da produção científica sobre Estudos sobre deficiência e Capacitismo”, foi feita uma descrição sobre as informações encontradas a partir do levantamento bibliográfico, a saber: a) bases de dados e materiais encontrados; b) descritores; c) tipo de publicação; d) ano de publicação; e) periódico; editora ou instituição de publicação; f) títulos dos trabalhos; g) os principais temas abordado; h) objetivos, resultados e conclusões dos principais temas.

Enfim, de modo interligado com os demais momentos do processo de pesquisa, procuramos recuperar a unidade da totalidade implícita no objeto de pesquisa em estudo. A partir dos dados obtidos pela análise da produção científica sobre os temas da deficiência, capacitismo e “Estudos sobre a Deficiência”, buscamos em um processo de síntese mais abrangente, discutir suas possíveis contribuições para o desenvolvimento de pesquisas e práticas anti-capacitistas na educação.

CAPÍTULO 1 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA E O CAPACITISMO

Ao longo do tempo a deficiência foi adquirindo diferentes significados e concepções na sociedade, por isso considera-se importante refletir sobre o percurso da deficiência, bem como o trajeto da educação especial no Brasil, no qual ainda carrega estigmas e práticas capacitistas, por isso julga-se necessário também discorrer sobre o conceito do capacitismo e alguns exemplos capacitistas vividos por pessoas com deficiência.

1.1 - O que é o capacitismo?

A palavra Capacitismo é um neologismo que sugere uma falta de aptidão ou capacidade por causa da deficiência (Dias, 2013). É a discriminação, opressão, preconceitos contra as pessoas com deficiência, é a descrença da capacidade dessas pessoas e credibilidade de que não são capazes de viver como qualquer outra pessoa sem deficiência, o autor Martín (2017) diz que é acreditar que existe apenas um corpo produtivo e capaz, este considerado normativo.

Tal palavra foi se construindo ao longo da história, desde a antiguidade existia a crença de que as pessoas com deficiência pertenciam à sub-humanidade. Para o autor o capacitismo se relaciona com a categorização feita pelos médicos de que as pessoas com deficiência são incapazes e menos válidas, conduzem suas vidas para reabilitação, cogitam até prevenir o seu nascimento, e ignora por completo o arranjo vivencial dessas pessoas e a diversidade de seus próprios modos de vida (Martín, 2017). Além disso, a produtividade e competição econômica, o modo capitalista e individualista promove certas capacidades e outras consideram não essenciais, isso faz com que umas capacidades se coloquem em cima de outras, justificando a hierarquização de direitos e discriminação de grupos sociais distintos. (Martín, 2017).

O neoliberalismo traz a ideia da obsessão pela capacidade, impossibilitando de ver qualquer pessoa deficiente como igual, como humana, assim nega a possibilidade de adaptação razoável para essas pessoas se inserirem no mercado de trabalho (Dias, 2013). Ao mesmo tempo, existe a visão de que as pessoas com deficiência superem sua condição para o mundo “normal”, para o mercado de trabalho, como se o problema fosse delas e dessa forma a superação causa a aparência de heroísmo e serve de modelo a ser seguido. Porém essa perspectiva inclui a dívida socialmente construída que as pessoas com deficiência precisam ser gratas pela oportunidade de trabalho, gratas pelos seus chefes, pelas cotas e empregos, alienando-as da noção de que o trabalho é um direito delas. (Dias, 2013).

A autora afirma também que um dos fatores formadores do Capacitismo é obsessão pela normalidade, tal palavra se direciona para a regra, para o correto, do modelo. Portanto, o corpo que é magro, branco e sem deficiência, é considerado a normalidade. Os corpos deficientes na moda, se tornaram um grande pesadelo, pois não é *sexy, fashion*, não participa de propagandas, não vende itens de consumo, é visto como transgressor e desviante. A autora diz que essas visões sobre os corpos deficientes constroem uma conjectura, consciente ou inconsciente, que faz com que haja tratamentos desiguais por causa da deficiência real ou presumida. (Dias, 2013).

Tudo isso indica que a sociedade ainda entende que a vida das pessoas com deficiência não pode ser igual das pessoas sem deficiência, ainda há um padrão de desejo da normalidade e falta de trabalho para as pessoas com deficiência, isso quer dizer que até agora não há credibilidade em suas capacidades e ainda existem barreiras que impedem de viverem e conviverem nos espaços. Carla Vendramin, aponta as barreiras da acessibilidade que são:

“[...] i) barreiras arquitetônicas (físicas); ii) barreiras comunicacionais (acesso à informação), iii) barreiras metodológicas (adequação de métodos e técnicas para o acesso de Pessoas com Deficiência à educação, cultura e lazer); iv) barreiras instrumentais (adequação de ferramentas e utensílios); v) barreiras programáticas (políticas públicas, legislações e normas); vi) barreiras atitudinais.” (Vendramin, 2019, p.18).

A autora indica que as barreiras atitudinais se referem as atitudes capacitistas, discriminação, preconceito, estereótipo contra as pessoas com deficiência. Ainda ressalta que na maioria das vezes, a acessibilidade se compreende apenas como a arquitetônica, mas na verdade, a acessibilidade atitudinal é uma que depende de uma prática de autopercepção, conhecimento e análise.

Mesmo havendo novos olhares e atitudes para acabar com o capacitismo, as pessoas com deficiência ainda experienciam tais atitudes em seus cotidianos, Siqueira, Dornelles e Assunção (2020) relatam algumas situações vivenciadas por pessoas com deficiência, como a vivida por Sabrina que estava acompanhada por mais duas pessoas com deficiência visual, quando entraram no *Sexshop* e não foram atendidas, a vendedora alegou que a loja estava fechada, mas logo após a saída delas do lugar outras pessoas foram atendidas. Esse episódio mostra como as pessoas não acreditam que pessoas com deficiência podem e têm uma vida sexual ativa, mostrando assim atitudes capacitistas e preconceituosas (Siqueira, Dornelles, Assunção, 2020).

Outras situações é como a mídia mostra as pessoas com deficiência, em rádios, jornais, programas de televisão, novelas. São apresentados dois estereótipos de pessoas com deficiência,

o primeiro é aquela pessoa incapaz que precisa ser ajudado pela caridade, o qual leva acreditar que a pessoa é digna de pena e só sobrevive com o atendimento do outro, o segundo é o exemplo da superação, no qual coloca o sujeito com deficiência em situações de superação e vencedor de todas as barreiras, além disso esse estereótipo é usado como exemplo para pessoas consideradas “normais” seguirem, afinal se até uma pessoa que tem deficiência consegue superar os obstáculos as outras pessoas também conseguem (Siqueira; Dornelles; Assunção, 2020). Tais ideias são capacitistas por estereotipar e colocar situações que não são reais das pessoas com deficiência.

Casos como esses são tão normais e naturalizados, pois como Vendramin (2019) menciona em seu texto são atitudes que passam despercebidos é um senso comum que liga as pessoas com deficiência a algumas variações dos estigmas construídos socialmente, por estar no cotidiano, passam despercebidos e sem questionamentos. No entanto, quando o capacitismo é visível, mostra o quão naturalizado é essa discriminação, como se fosse aceitável ou inevitável. A maior questão é como a sociedade lida com tal assunto e isso mostra o tipo de sociedade em que se vive. (Vendramin, 2019).

O capacitismo, também se encontra nas escolas, Ferreira, Gesser, Kempfer, Leandro (2023), escrevem que os estudantes com deficiência possuem dificuldades para permanecerem nas escolas por conta de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas. Isso acontece porque dentro da escola também possui a ideia de um parâmetro de estudante “capaz”, permanecendo o ideal de sujeito normativo, o que dificulta o acolhimento das pessoas que fogem desse corpo normatividade, dessa forma a norma, que é socialmente construído, favorece determinadas formas de aprender e todas as pessoas que se distanciam dessa forma, enfrentam dificuldades para acessar o conhecimento (Ferreira *et al.*, 2023 *apud* Bock *et al.*, 2018). Além disso, o ideal da norma faz com que a ideia de que as pessoas com deficiência são menos capazes permaneça, pois seus corpos são considerados desviantes para estarem na escola (Ferreira *et al.*, 2023).

O trabalho desses autores, investiga bibliografias que relatam a reprodução do capacitismo na educação básica, um dos materiais encontrados de Amsterdam *et al.* (2015), discute as consequências dos discursos capacitistas presentes nos esportes escolares, no qual oprimem a participação dos estudantes com deficiência das aulas de educação física, pois são subestimados tanto por outros estudantes, quanto pelos professores (Ferreira *et al.*, 2023 *apud* Amsterdam *et al.*, 2015). Isso acontece, porque o capacitismo que as pessoas com deficiência vivenciam contribui para que eles reproduzam a capacidade de acordo com o ideal normativo,

no qual é valorizado no contexto escolar, dessa forma os estudantes com deficiência são subestimados, ao invés de serem acolhidos. (Ferreira *et al.*, 2023).

Outro exemplo de capacitismo na escola são as representações das pessoas com deficiência nos livros, no qual possuem uma narrativa de superação, sendo, as pessoas com deficiências, colocadas como heróis e heroínas, que conquistaram algo superando a sua deficiência (Ferreira *et al.*, 2023). Esses exemplos mostram como a dicotomia entre capaz/incapaz e normal/ anormal, no qual são promotores do capacitismo, dificultam a participação social dos estudantes com deficiência nas atividades cotidianas da escola, pois é mantido a hierarquização que justifica os processos de exclusão desse grupo social na educação básica. (Ferreira *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a luta das pessoas com deficiência, como é dito por Siqueira, Dornelles e Assunção (2020), é ter acesso aos ambientes como as escolas, às ruas e avenidas de forma segura, ter direito de escolha e possibilidade de compra do que desejarem e até mesmo o acesso à mídia de forma legítima e possível. A luta é por uma vida como qualquer outra, pois há várias situações em que é pensado e repensado inúmeras vezes, para saber se será possível. Esses pensamentos são diferentes para cada tipo de lesão, cada uma precisa de uma necessidade diferente, por isso é necessário pensar em uma sociedade com acessibilidade para todos e todas. Essas situações que acontecem com as pessoas com deficiência, não podem ser consideradas normais, na verdade, são início de reflexões sobre “que sociedade queremos e que atitudes devemos ter diante de opressões como o capacitismo”. (Siqueira, Dornelles, Assunção, 2020).

A partir dessas ponderações, para compreender ainda mais sobre o capacitismo e suas raízes, considera-se importante discorrer brevemente sobre a história da deficiência e capacitismo, ou seja, como tais fenômenos vêm sendo compreendidos na sociedade ao longo do tempo.

1.2 - Uma breve história sobre deficiência e capacitismo

A deficiência e a discriminação³ contra as pessoas com deficiência existem desde as sociedades primitivas, em cada período da história a deficiência foi compreendida de diferentes formas, a deficiência sempre existiu na história da humanidade, mas não é por isso que devemos naturalizá-la.

³Atualmente a prática de discriminação contra as pessoas com deficiência vem sendo denominada de Capacitismo, termo que surgiu recentemente, mas tal prática existe desde as sociedades antigas.

Na sociedade primitiva, por exemplo, pelo contexto em que essas pessoas viviam, caça, nomadismo, lutas, entendia que a deficiência era da natureza da pessoa ou que o acaso a deixava nessas condições, dessa forma esse indivíduo se tornava um empecilho, por isso era abandonado ou desprezado sem culpa, era um contexto de seleção natural em que os mais fortes sobreviviam. (Bianchetti, 1995).

Nas sociedades gregas em que já havia os escravos, as pessoas livres possuíam muito tempo ocioso, por isso pela primeira vez os indivíduos começaram a pensar de forma sistematizada surgindo paradigmas, formas de corpo e modelos que avançaram vários séculos. Duas sociedades principais da época, Esparta e Atenas, estigmatizavam os corpos de diferentes formas. (Bianchetti, 1995).

Na sociedade espartana em que se valorizava muito os corpos humanos e tinham o objetivo de fortalecer essa estrutura física por conta da guerra, se eliminava as crianças que nascessem fora desse padrão, a eugenia acontecia sem piedade, uma vez que essas crianças não se encaixavam na sociedade espartana. Por outro lado, na cidade de Atenas pela vida agitada da *pólis*, o que era valorizado nessa sociedade era a argumentação, filosofia, contemplação. Portanto, a divisão se dava pelos homens livres que tinham a mente para parte digna e superior, ou seja, era encarregado de mandar, governar, já o escravo era a mente com empecilhos que só cabia às tarefas degradadas e degradantes, no qual a pessoa com deficiência era também morta ao nascer, pois o importante era o corpo e a mente. (Bianchetti, 1995).

Na Idade Média o corpo deixa de ser corpo/mente e passa a ser corpo/alma, fazendo assim com que as pessoas com deficiência deixassem de serem mortas e passassem a ser consideradas pecadoras. De acordo com Bianchetti (1995) é preciso compreender o contexto e do que aquelas pessoas viviam e acreditavam, entender que a queima de uma pessoa com deficiência, por exemplo, não era feita por maldade, na época era visto como uma possessão do corpo de uma pessoa pelo demônio, por isso era queimado para se retirar essa entidade. Outra justificativa da igreja para a existência de pessoas com deficiência era de que elas eram um instrumento de Deus para alertar as pessoas para fazerem caridade, dessa forma “a desgraça de uns proporcionavam meios de salvação para outros” (Bianchetti, 1995, p.11).

Quando os corpos não eram queimados, tinham o papel de bobo da corte, essas pessoas serviam para divertir a corte, apesar de serem considerados ridículos, estúpidos e maléficos para a humanidade e serem atacados com ofensas, chacotas e desprezo, assumiam um papel ambíguo justamente pela sua condição social, pois eram as únicas pessoas que falavam as verdade e críticas sobre a corte, mas eram perdoados por serem considerados "loucos", podiam expressar

suas ideias e desejos, além disso eram associados à magia e ao sobrenatural por terem acesso às verdades "ocultas" dos reinos. (Piccolo e Mendes, 2012).

A superação da Idade Média, foi a partir do expansionismo e as navegações que geraram muitas descobertas. A nova classe social, a burguesia, começou a se consolidar, e o teocentrismo foi substituído pelo antropocentrismo. A Revolução Francesa foi o marco para a fase revolucionária da burguesia. Assim, o ser humano passa a ser o protagonista. Cientistas como Copérnico, Galileu, Francis Bacon derrubaram teorias que antes eram triunfais, como o geocentrismo e o dedutivismo. (Bianchetti, 1995).

Sobre a forma de produção, o artesanato foi substituído pela manufatura no século XVI e esta abriu uma lacuna para a maquinofatura, a partir do século XVIII. (Bianchetti, 1995). Quando o trabalho era o artesanato a produção era relacionada com a necessidade de produção e com a possibilidade e limites do corpo, já com a maquinaria "o ritmo passa a ser ditado pela máquina" (Bianchetti, 1995), pois era a única forma de gerar lucro e acumulação, que era o objetivo da burguesia.

Por conta da produção em série, era demandada a especialização para cada pessoa, era imposto a eficiência na tarefa. A divisão de tarefas começa a partir daí, pois as pessoas que planejavam seriam os cérebros do sistema, estes ficavam no escritório e as pessoas que executavam as tarefas, precisavam ser eficientes e produtivas, e conforme essa lógica, não precisavam pensar, pois eles ficavam na fábrica, onde se buscava músculos e não cérebro. O corpo deficiente nesse ponto de vista era considerado não produtivo e sem eficiência. (Bianchetti, 1995).

Na verdade, com a ascensão do capitalismo, os corpos "deficientes" passam a ser vistos como improdutivos e ineficientes, bem como objetos de atração e entretenimento das pessoas. Os famosos *Freak Shows* foram a materialização de um comércio e mercantilização desses corpos, os quais eram atrações para a população nas primeiras décadas do séc. XVIII. Estes shows, eram um grande negócio, no qual as supostas pessoas que eram consideradas anormais no aspecto físico-étnico-corpóreas eram transformadas em produtos por meio de um espetáculo (Piccoli e Mendes, 2012).

Nesse contexto de emergência do capitalismo, o corpo considerado diferente daqueles compreendido como "natural" do ser humano deixa de ser entendido como de origem mística e divina e passa a adentrar no campo das incorreções biológicas, passou a ser patologia de condições clínicas, ou seja, o que se prevaleceu foram as explicações médicas.

No entanto, a compreensão médica foi de muita repressão aos corpos considerados não normativos, e os normativos considerados ideais. Com a tal normalidade surgem os grupos

dominantes e tudo aquilo que não está dentro da norma é numericamente distinguido, por isso a norma guarda uma segregação implícita. Sendo assim, para as produções capitalistas o campo médico serviu fundamentalmente para dizer quem podia e quem não podia participar das atividades laboriosas. (Picollo e Mendes, 2012).

Dessa forma, historicamente e academicamente os assuntos sobre a deficiência foram encaminhados pelas ciências médicas, com isso foi marginalizado as experiências e vivências das próprias pessoas com deficiência, os estudos eram feitos sobre eles, mas não com eles. (Diniz, 2007).

Conseqüentemente, outros modelos sobre a deficiência começaram a surgir que não concordavam com o modelo médico, como o modelo social elaborado pela UPIAS, o grupo que era constituído por homens, brancos e com deficiência, essa organização política foi a primeira gerada por pessoas com deficiência. O objetivo dessa organização era: retirar a ideia de que a opressão contra as pessoas com deficiência era originada pela lesão, na verdade a lesão é uma expressão da biologia humana, ao passo que a deficiência era resultado da discriminação social. (Diniz, 2007).

A finalidade desta organização era aproximar as pessoas com deficiência de outras minorias da sociedade, afrontando o julgamento de que a opressão ocorria por causa da lesão e conseqüentemente a ideia de que as próprias pessoas com deficiência eram responsáveis por sofrerem tal opressão, em oposição a isso a opinião da UPIAS era consolidar a convicção de que a sociedade era responsável pela opressão das pessoas com deficiência (Diniz, 2007), retirando assim a discussão sobre a deficiência do campo biomédico

Outro modelo que veio para desafiar tanto o modelo médico quanto o social, pois trouxe questões que não foram discutidas, foi o das teóricas feministas. Era um grupo composto por mulheres com deficiência, mães, cuidadoras, que defendiam a ideia de que a deficiência é uma experiência do corpo com lesão com ambientes pouco acolhedores, uma experiência que toca a todos.

Reconhecem a dependência e a interdependência como condição humana, pois todas as pessoas experimentam a dependência em algum momento de suas vidas, defendem a ética do cuidado como política pública e a Interseccionalidade⁴ como identidade, pois certas características potencializam a exclusão e opressão social (Bock; Silva; Gomes; Beche, 2020). Foram as primeiras a questionar sobre as premissas dos teóricos do modelo social, em que argumentam sobre a inclusão das pessoas com deficiência, mas não havia uma crítica profunda

⁴Questões como raça, gênero, classe social e outras variáveis que acentuam outras formas de opressão.

sobre os pressupostos morais da organização social ao redor do trabalho e da independência. (Diniz, 2007).

Apesar de surgir outros modelos que vão de encontro com o modelo médico, este ainda prevalece na sociedade. No Brasil, especificamente, pode-se observar uma grande credibilidade nas ideias de patologização e diagnóstico tanto nas políticas brasileiras, quanto na compreensão dos professores da educação especial, no qual acontece pela tentativa de se chegar à normalidade.

Como já citado anteriormente, a partir do século XVIII com o estabelecimento da medicina como um poder estatal, também se estabelece esse corpo normativo e tudo o que se desvia dele é considerado anormal (Piccolo; Mendes, 2013). Nas políticas brasileiras de educação especial para a definição de público-alvo das políticas, considera-se a medicina positivista e funcionalista na organização do atendimento especializado (Kuhnen, 2017). Para esta estudiosa da área, as políticas atuais de educação especial na perspectiva inclusiva reiteram a dicotomia entre o conceito de normalidade e patologia, que é reinterpretada por meio de um discurso que celebra as diferenças e redefine 'deficiência' como uma manifestação da diversidade cultural e social, minimizando seus aspectos físicos. Entretanto, quando se trata da organização das salas de recursos multifuncionais, a noção de deficiência é estabelecida em termos de normalidade e patologia, com exceção das situações envolvendo altas habilidades e superdotação. Segundo a autora existe uma ambiguidade na concepção de deficiência, pois por um lado o termo é definido pelas necessidades educacionais especiais ou diversidade, se relacionando com a ideia de direitos humanos, diversidade, justiça social e inclusão e do outro lado, a concepção apresentada é aquela estabelecida em termos de normalidade e patologia (Kuhnen, 2017). Pensando nessa contradição, Crochik *et al.* (2011), ressalta a importância da finalidade política, por parte dos professores e demais agentes envolvidos no processo da educação escolar, de direcionar a formação de consciência para essas contradições sociais. O mesmo autor diz que:

“Perceber tais contradições significa não esquecer as relações objetivas do passado que conduziram à regressão e à barbárie, quando milhões de pessoas foram mobilizadas contra o que era “diferente”. Combater esse passado implica romper com a frieza administrada, necessária à irracionalidade da racionalidade tecnológica, que tem predominado no conjunto da sociedade.” (Crochik *et al.*, p. 579, 2011)

Portanto, é necessário mudar a posição das pessoas com deficiência, tirando do campo patológico, pois nesse aspecto as pessoas com deficiência são limitadas dentro das suas

possibilidades, muitas vezes impedindo seu aprendizado, contrariando as propostas de uma educação, realmente, inclusiva. Nesse sentido, para entender os percursos da educação especial, caminhamos para os aspectos históricos da Educação Especial do Brasil.

1.3- Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil

As primeiras instituições para pessoas com deficiência foram criadas no período colonial, no final do século XIX, a saber: Instituto Meninos Cegos em 1854 sob direção de Benjamin Constant e Instituto Surdo-Mudo em 1857, sob direção do mestre francês Edouard Huet. Nesse período havia um descaso com a educação em geral, era visualizado apenas os casos extremos, essas instituições foram criadas para atender os casos graves, os casos leves eram indiferentes. (Mendes, 2010).

Os primeiros profissionais a se interessarem por “prejuízos mais graves” foram os médicos. Carlos Eiras foi o primeiro médico a apresentar, em 1900 durante o “4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia” no Rio de Janeiro, sua monografia intitulada: “A Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas”, que constatava sobre a necessidade pedagógica dos deficientes intelectuais.

Após a I Guerra Mundial houve um surto industrial e com a tendência de nacionalização da economia a escola primária foi se popularizando quando o índice de analfabetismo era de 80% da população, no início da década de vinte. Tal escola era aquela tradicional, em que o conhecimento é transmitido para os alunos, o professor é quem passa esse conhecimento e o aluno precisa assimilá-lo.

Com a ideia de superação da escola tradicional uma nova vertente surgiu em 1932, a Escola Nova, no qual privilegiava a pesquisa científica, se preocupava em reduzir as desigualdades sociais e valorizava a maior autonomia e liberdade individual das crianças. Tal vertente também influenciou a educação especial no Brasil, pois permitiu a entrada da psicologia na educação, e com isto o uso de testes de inteligência passou a ser divulgado. (Mendes, 2010).

Alguns estrangeiros, adeptos a Escola Nova, vieram para o Brasil como Helena Antipoff, psicóloga russa, a qual criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. No início seu trabalho era organizar a educação primária na rede comum de forma homogênea, também era responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais. Em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que a partir de 1945, iria se expandir no país. (Mendes, 2010).

Com o Estado Novo (1937-1945), o objetivo era uniformizar as oportunidades de ascensão social, foi uma época para despertar o patriotismo e consciência nacional para centralizar o poder político. Ao mesmo tempo, pretendia-se privatizar a educação especial, por causa do descaso com tal. Após a II Guerra Mundial se instaurou a Segunda República ou República populista, recebia esse nome também porque reconhecia as insatisfações do povo, no entanto manipulava e dirigia os seus desejos. (Mendes, 2010).

Foi nesse período que se criou, em 1954, a primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE). Nessa época, mais especificamente em 1958, o Ministério da Educação começou a prestar assistência técnica-financeiramente as secretarias de educação e instituições especializadas que lançaram campanhas nacionais para pessoas com deficiência e o primeiro marco das ações oficiais de poder público na área de educação especial, foi com a promulgação da Lei 4.024 de Diretrizes e Bases.

Antes as ações partiram de iniciativas regionalizadas e isoladas do contexto político educacional nacional. Depois da promulgação desta lei começou um fortalecimento de instituições privadas e filantrópicas sem fins lucrativos com o objetivo de preencher lacunas do sistema escolar brasileiro. Dessa forma, essa parte da educação deixou de ser responsabilidade do governo, pois essas instituições se tornaram parceiras do governo e começaram a ser financiadas por recursos de assistência social. (Mendes, 2010).

Na década de setenta, em que a educação privilegiada era a tecnicista, os marginalizados eram aqueles considerados improdutivos, dessa forma as pessoas com deficiência se encaixavam nessas condições. Surgem várias instituições não governamentais de educação especial. Isso aconteceu por causa do acordo Brasil/Estados Unidos da América do Norte denominado MEC/USAID (Garcia, 2016). A inserção feita aos poucos dos alunos da educação especial foi tratada pelo viés da "normalização". Nesse período a Lei nº. 5692 foi decretada, o nono artigo considerou que os estudantes da educação especial eram aqueles que apresentassem deficiência física ou mental, com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, além dos superdotados, dessa forma a visão da educação especial era do fracasso escolar evidenciado pela rede pública. (Mendes, 2010).

Outra lei sobre a Educação Especial do mesmo período, foi o Decreto nº. 72.425, de 3 de julho de 1973, no qual criou o Centro Nacional da Educação Especial (CENESP), junto com o ministério da educação, se constituiria o primeiro órgão do governo federal, que era responsável por decidir as políticas da educação especial. Além disso, em 1976 houve a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) e do seu instrumento financeiro, o Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), o que eles fizeram foi reunir

e centralizar várias instituições responsáveis pelos programas de assistência social (Mendes, 2010). Outra instituição com o caráter assistencialista criada em 1977 foi o Ministério da Previdência e Assistência Social, que tinha como o objetivo de dispor um atendimento integrado com ações complementares de assistencialismo médico-psico-social, definindo quem iria frequentar a escola especial, por diagnósticos, encaminhamento, supervisão e controle, dando a visão da escola de assistencialista e não educacional (Mendes, 2010). A autora afirma que educação especial vai se estabelecendo possivelmente como consequência do “milagre econômico”, no período da ditadura. Dessa forma, é aderida na tendência da privatização, concentração de renda e pobreza, no qual corrobora para seu caráter assistencialista-filantrópico (Mendes, 2010).

A abertura política começou a acontecer em 1985, a partir do Comitê Nacional de Educação Especial, que traçava uma política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar, na sociedade, as pessoas com deficiências, com problemas de conduta e superdotados (Silva, 2016). Além disso, em 1988 foi decretada uma lei que garantia a educação de pessoas com deficiência e esta deveria ser feita na rede regular de ensino e garantia também o direito de atendimento educacional especializado (Silva, 2016). No entanto, mesmo com essa “integração” da inserção das pessoas com deficiência no ensino regular, a educação especial ainda mantinha parcerias público-privadas com instituições de caráter privado-assistencialista. (Garcia, 2016).

No final da década de 1990 o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), implementou políticas educacionais que tinham um caráter neoliberal que era voltado para controlar índices econômicos como inflação, juros, câmbio, e utilizar recursos das privatizações. Uma vez que a política do governo nessa época era o crescimento de empresas que garantiam boa qualidade da educação e política da universalização do ensino fundamental a partir da estratégia da obrigatoriedade da matrícula e com estímulos da matrícula pela transferência direta de renda por meio do Programa Bolsa Escola. (Garcia, 2016).

Após o governo de Fernando Henrique Cardoso, o novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, focaliza a política social voltado para a "gestão da pobreza" aumentando o investimento nas políticas sociais, isso é visto pela mudança do Programa Bolsa Escola para o Bolsa Família. Nesse novo governo foram organizados programas anteriores e novos programas, todos com o objetivo de gerar uma nova sociabilidade a partir do capital social, a participação das iniciativas privadas era para a prestação dos serviços públicos na área das políticas sociais. Dessa forma, trata-se de um governo que gerou uma nova sociabilidade que se baseia na igualdade de oportunidades e na “solidariedade social”, capital humano e capital social. (Garcia, 2016).

Portanto, do período de 1995-2010 é possível destacar duas gerações das políticas da Educação Especial. A primeira geração foi marcada pela introdução gradual das pessoas com deficiência na educação a partir de várias estratégias e atendimentos educacionais especializados. E a segunda geração que foi marcada pela matrícula obrigatória, em idade escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação com um modelo padrão de atendimento educacional especializado. Um dos atendimentos privilegiados da educação especializada são as salas de recursos multifuncionais consideradas como uma estrutura na educação especial das escolas públicas. (Garcia, 2016).

No governo Dilma as políticas da educação especial continuaram, foi incrementado a instalação de salas de recursos multifuncionais e de formação de professores vinculados a esse atendimento. Nesse período da política do Brasil houve a extinção da Secretaria de Educação Especial (SEESP), no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e a partir de 2011, a educação especial passa a compor a Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão (SECADI), mediante a Diretoria de políticas de educação especial. (Garcia, 2016).

Como se pode perceber, mesmo com algumas ações feitas a partir da década de 1990, as pessoas com deficiência se vinham em duas opções de escola, a filantrópica que tinha um caráter assistencialista e as escolas públicas estaduais que, segundo Garcia (2016), eram mais excludentes do que educacional, pois os currículos nas classes especiais, pareciam se limitar ao desenvolvimento de programas de prontidão, ou seja:

“A didática assumia a infantilização do aluno com deficiência, a partir de um raciocínio equivocado que supunha que eles deveriam aprender habilidades típicas do nível pré-escolar, para adquirir “prontidão” para a alfabetização. A estratégia instrucional se resumia a treinar os alunos em atividades supostamente preparatórias, com ênfase na repetição.” (Garcia, p.103, 2016).

A autora aponta que a educação especial, atualmente, está ajustada em um contexto neoliberal que está contra a corrente da inclusão social e educacional, isso porque a privatização sempre é buscada, diminuindo o papel do Estado e conseqüentemente as ações de responsabilidade do poder público. É essa a representação da atualidade no Brasil, que apresenta um desafio para os avanços das políticas educacionais para conduzir as crianças e jovens que fazem parte da educação inclusiva. (Garcia, 2016).

Além disso, ainda se percebe ideias capacitistas na educação brasileira, José Leon Crochik *et al.* (2011) analisa atitudes em relação à educação inclusiva de 12 professoras do quinto ano do ensino fundamental. A análise foi feita em seis escolas da rede municipal de

Campo Grande (MS), foi observado que as professoras apoiam a educação inclusiva, mas ficou nítido algumas expressões de atitudes preconceituosas no âmbito escolar. Além disso, na fala de algumas professoras nota-se também a defesa do diagnóstico para nortear o trabalho com os alunos com deficiência, o problema é que para o autor os diagnósticos priorizam os “déficits” e limita a criança a respeito de suas possibilidades. Nesse sentido, se percebe que a ideia de patologização e diagnóstico, não está apenas nos documentos da política de educação inclusiva, se encontra também na compreensão de professores da educação inclusiva.

Outras produções acadêmicas também discorrem sobre essa questão, bem como outros assuntos importantes para entender sobre a deficiência, no próximo capítulo será apresentado a coleta de dados feita durante todo o processo de pesquisa e que contribuem para uma educação anticapacitista e inclusiva.

CAPÍTULO 2 - UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA E CAPACITISMO

Neste segundo capítulo será apresentado os resultados a partir do levantamento bibliográfico feito nas plataformas digitais: a) *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*; b) Google Acadêmico; c) Bibliotecas Virtuais da Unicamp, USP, Unesp e UFSCar; d) banco de teses e dissertações da CAPES; e) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); f) Portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), particularmente os Grupos de Trabalho: Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos (GT03), Sociologia da Educação (GT14) e Educação Especial (GT15).

Para a identificação das fontes nas bases de dados foi realizada buscas por valência *booleana* dos seguintes termos combinados: “deficiência”, “pessoas com deficiência”, “capacitismo”, “educação especial”, “educação inclusiva”, “estudos sobre a deficiência” “estudos da deficiência”, “modelo social da deficiência” e “*disability studies*”.

Os resultados apresentados aqui trazem os seguintes tópicos: a) nome dos/as autores/as; b) título dos trabalhos; c) tipo de publicação; d) ano de publicação; e) periódico, editora ou instituição de publicação; f) os principais temas abordados; g) os objetivos dos trabalhos; h) os principais resultados e conclusões.

O total de materiais encontrados sobre o assunto, foi de 65 trabalhos, na tabela 1 é possível visualizar quais bases de dados foram utilizadas, bem como a quantidade de materiais encontrados em cada uma delas.

Tabela 1- Demonstrativo da quantidade de materiais encontrados em cada base de dados.

| Nome da base de dados | Quantidade de materiais encontrados |
|----------------------------|-------------------------------------|
| Google Acadêmico | 45 |
| Biblioteca Virtual Unicamp | 8 |
| SciELO | 4 |
| Biblioteca Virtual UFSCAR | 4 |
| CAPES | 2 |
| Biblioteca Virtual USP | 2 |
| IBICT | 0 |
| ANPED | 0 |
| Biblioteca Virtual UNESP | 0 |
| Total: | 65 |

Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos visualizar, a base de dados com maior destaque foi o Google Acadêmico, com 45 produções encontradas na plataforma, enquanto na Biblioteca Virtual da Unicamp foram encontrados apenas 8 trabalhos. Se compararmos com o Google Acadêmico é uma baixa quantidade, no entanto é a segunda plataforma que se destaca, pois tanto a Scielo, quanto a Biblioteca Virtual UFSCAR, foram encontrados apenas 4 trabalhos em cada sistema. Na CAPES e Biblioteca virtual USP, foram 2 os materiais e nos demais (IBITIC, ANPED, Biblioteca virtual UNESP), não foi encontrado nenhum. Com o intuito de chegar aos melhores resultados foi utilizado a busca avançada em algumas plataformas. Na plataforma Google Acadêmico a procura se deu “com a palavra exata” e as palavras ocorriam em qualquer lugar do artigo, no site da biblioteca virtual da Unicamp o modo de busca foi pela “Booleano/Frase”, o da UFSCAR o modo de busca foi por “assunto”, no site da USP a busca foi por “(é) exato” e “não”. Nas outras plataformas não houve necessidade de utilizar “busca avançada”.

Em relação à evolução de publicações conforme os anos, é possível visualizar no Gráfico 1. Foi determinado para essa pesquisa a análise de materiais dos anos de 2001 a 2021.

Gráfico 1- Evolução da quantidade de publicações entre os anos 2001 a 2021.



Fonte: Elaborada pela autora.

No Gráfico 1 é possível observar uma crescente de publicações a partir do ano de 2012, cujo a quantidade é de 5 (cinco) publicações. Nos anos anteriores a 2012, a máxima de divulgação sobre este estudo foi de 3 materiais em 2009. Podemos analisar também, que a média

de materiais produzidos até 2018, foram de 5 trabalhos, a partir de 2019 essa média aumenta para 7 produções publicadas, aumentando ainda mais em 2020 para 9 publicações e 2021 para 13. Portanto, observamos que esse estudo é recente, visto que a evolução da quantidade de trabalhos publicados aconteceu há nove anos, ou seja, a partir de 2012.

Em relação aos formatos de publicações, há uma variedade. Podemos observar, os veículos das produções na tabela abaixo:

Tabela 2- Quantidade de materiais por formato de publicação.

| Formato de Publicação | Quantidade |
|----------------------------------|-------------------|
| Artigo de revista | 52 (80%) |
| Tese de Doutorado | 6 (9,23%) |
| Dissertação de Mestrado | 2 (3,07%) |
| Livro | 2 (3,07%) |
| Monografia e TCC | 2 (3,07%) |
| Trabalho para eventos acadêmicos | 1 (1,53%) |
| Total | 65 |

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da Tabela 2, percebemos que o principal modo de veiculação das produções foram os artigos, no qual a quantidade encontrada foi de 52 artigos em um total de 65 produções, ou seja, 80% dos materiais foram publicados nesse formato. Nos demais formatos, não houve grandes quantidades. Em relação às Teses de Doutorado, foram 6 trabalhos sobre esse estudo, a porcentagem dessa quantidade no que se refere ao total de trabalhos é 9,23 %, já as Dissertações de Mestrado, Livros, Monografias e TCC tiveram apenas 2 materiais de cada formato. Por fim, em relação ao Trabalho para evento acadêmico, foi apenas uma produção nesse formato.

Na tabela a seguir, observamos as quantidades de artigos publicados em cada revista.

Tabela 3- Demonstrativo em relação às publicações em revistas

| Revista | Quantidade |
|-------------------------------|-------------------|
| Revista Estudos Feministas | 4 |
| <i>Quaderns</i> de Psicologia | 2 |
| Educação e Sociedade | 2 |
| Ciência & Saúde Coletiva | 2 |
| Outros | 42 |
| Total | 52 |

Fonte: Elaborada pela autora.

Mesmo os artigos sendo o maior tipo de publicação, foi possível perceber um núcleo de periódico específico, que são: “Estudos Feministas” com 4 artigos publicados sobre o assunto, “*Quaderns de Psicologia*”, “Educação e Sociedade” e “Ciência & Saúde Coletiva” com 2 publicações em cada revista. Nessa tabela não foram destacadas as outras 42 revistas, pois houve apenas 1 publicação em cada.

Entre as instituições que têm produzido dissertações e teses sobre a temática, destacaram-se a Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de São Carlos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal da Paraíba. Na Tabela 4, podemos observar a relação entre a universidade e a quantidade de materiais produzidos em cada instituição.

Tabela 4- Quantidade de trabalhos publicados em cada Instituição de Ensino Superior

| Instituição | Quantidades de materiais | Tipo de publicação | Anos |
|--|--------------------------|------------------------------|----------------------|
| Universidade Federal de São Carlos | 4 | 3 Teses de Doutorado e 1 TCC | 2009, 2012 (2), 2015 |
| Universidade de São Paulo | 2 | 2 Teses de Doutorado | 2017, 2021 |
| Universidade Federal de Minas Gerais | 1 | 1 Teses de Doutorado | 2019 |
| Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 1 | 1 Dissertação de Mestrado | 2013 |
| Universidade Federal de Santa Catarina | 1 | 1 Dissertação de Mestrado | 2017 |
| Universidade Federal da Paraíba | 1 | 1 TCC | 2021 |

Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre as seis instituições, a UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), possui as maiores publicações, com 3 teses de doutorados e 1 TCC. A Universidade de São Paulo, se destaca também pelas 2 Teses de Doutorado. Nas demais universidades houve apenas 1 publicação de trabalho acadêmico sobre o assunto.

Em relação às publicações por editoras não houve nenhuma repetição como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 5- Demonstrativo das editoras que publicaram livros.

| Livro | Autor | Editora |
|---|---|---------------------|
| Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social | Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck, Paula Helena Lopes | Editora CRV |
| O que é deficiência: Primeiros Passos | Débora Diniz | Editora Hedra Ltda. |

Fonte: Elaborada pela autora.

Durante a pesquisa, foram encontrados apenas 2 livros, “Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social” organizado por Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck e Paula Helena Lopes e “O que é deficiência: Primeiros Passos” da Débora Diniz. As editoras não são as mesmas, portanto destacam-se a Editora CRV e a Editora Hedra Ltda.

Referente a publicação feita por autores, podemos analisar na Tabela 6, é possível perceber que há uma concentração de publicações em 4 autores diferentes, Gustavo Mendes Piccolo, Marivete Gesser, Débora Diniz e Adriano Nuernberg.

Tabela 6- Quantidade de publicações por autores

| Autor | Quantidades de publicações |
|---------------------------|-----------------------------------|
| Gustavo Mendes Piccolo | 5 (7,69%) |
| Marivete Gesser | 5 (7,69%) |
| Debora Diniz | 4 (6,6%) |
| Adriano Nuernberg | 2 (3,07%) |
| Outros (118 autores) | 49 (75,38%) |
| Total de produções | 65 |

Fonte: Elaborada pela autora.

Analisando a Tabela 6, percebemos que 4 autores se destacam pela quantidade de publicação dentro da temática: 1) Gustavo Mendes Piccolo com 5 publicações, sendo 4 artigos publicados nas revistas, Intermeio (2009), PERSPECTIVA (2013), Scielo Preprint (2020), Educação e Sociedade (2013) e sua tese de doutorado publicado em 2012 pela Universidade

Federal de São Carlos; 2) Marivete Gesser com 5 publicações, sendo 1 e-book publicado pela Editora CRV (2020), 1 artigo na revista *Psicologia & Sociedade* (2012), 1 na Revista *Quaderns de Psicologia* (2018, 2020), 1 na Revista *Educação, Arte e Inclusão* (2019) e 1 na Revista *Estudos Feministas* (2019); 3) Debora Diniz com 4 publicações, 2 artigos nas revistas *Série Anis* (2003) e *Revista Internacional de Direitos Humanos* (2009), publicou um livro pela editora Hedra Ltda. (2007) e um texto para discussão pela Instituição de Pesquisa Econômica Aplicada (2004); 4) Adriano Nuernberg com 2 publicações e uma orientação de dissertação de mestrado pela instituição Universidade de Santa Catarina (2017), as outras publicações foram artigos publicados nas revistas, *Psicologia & Sociedade* (2012), *Estudos Feministas* (2012) e *Educação, Artes e Inclusão* (2019). Portanto, ao todo são 16 publicações feitas por esses autores (as), os outros 118 autores se dispersam nas outras 49 publicações.

Após toda descrição feita dos materiais encontrados, no Apêndice 1 encontra-se a tabela de bancos de dados de todas as produções encontradas para a pesquisa.

Por fim, após as leituras e descrição dos trabalhos encontrados, foi possível realizar a divisão dos 14 temas que cada produção se encontra, no qual é possível analisar na tabela abaixo:

Tabela 7- Temáticas dos materiais coletados.

| Código | Principais temas |
|---|--|
| 2, 4, 6, 7, 9, 11, 16, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 30, 32, 33, 45, 50, 57, 61, 63 | Compreensão da deficiência (32,30%) |
| 8, 25, 28, 29, 34, 46, 47, 53, 62 | Inclusão das pessoas com deficiência (13,84%) |
| 3, 24, 35, 51, 52, 64, 65 | Direito das pessoas com deficiência (10,76%) |
| 10, 17, 38, 41, 49, 58 | Modelo social da deficiência (9,23%) |
| 5, 37, 54, 55, 60 | Capacitismo (7,69%) |
| 1, 39, 42, 48 | Contribuição do feminismo para os estudos da deficiência (6,15%) |

| | |
|------------|--|
| 12, 13, 59 | Contribuição da Sociologia para os Estudos sobre Deficiência (4,61%) |
| 36, 40, 43 | Contribuição dos estudos sobre deficiência (4,61%) |
| 14 | Estudos da deficiência na psicologia (1,53%) |
| 15 | Interseccionalidade na deficiência (1,53%) |
| 56 | Representação das pessoas com deficiência (1,53%) |
| 22 | Violência contra as pessoas com deficiência (1,53%) |
| 23 | Conceito de normalidade e autonomia no campo da deficiência (1,53%) |
| 31 | Investigação sobre o trabalho dos Segundos Professores no contexto de seus trabalhos na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (1,53%) |

Fonte: Elaborada pela autora.

Observando a Tabela 7, podemos verificar que foram identificados 14 temas entre os trabalhos encontrados. O tema que mais se destacou, com 21 trabalhos sobre o assunto, ou 32,30% das produções são do tema **“Compreensão da deficiência”**, a segunda temática que possui mais produções, é o tema **“Inclusão das pessoas com deficiência”**, em que identificamos 9 textos, isso representa 13, 84% do total encontrado. Sobre o tema **“Direitos das pessoas com deficiência”** foram identificadas 7 publicações, ou seja, 10,76% refletem sobre tal temática, já o tema do **“Modelo Social da deficiência”**, foram 6 trabalhos identificados, o qual representa 9,23% das produções. Quanto ao assunto **“Capacitismo”**, constam 5 textos sobre o assunto, simbolizando 7, 69% do total de trabalhos. Em relação a **“Contribuição do feminismo para os estudos da deficiência”**, foram encontradas 4 publicações (6,15%). Os temas **“Contribuição da Sociologia para os Estudos sobre Deficiência”** e **“Contribuição dos estudos sobre deficiência”** somam 3 produções cada tema, correspondendo 4,61% dos trabalhos. Por fim, as temáticas que tiveram um trabalho cada,

foram “Estudos da deficiência na psicologia”, “Interseccionalidade na deficiência”, “Representação das pessoas com deficiência”, “Violência contra as pessoas com deficiência”, “Conceito de normalidade e autonomia no campo da deficiência”, “Investigação sobre o trabalho dos Segundos Professores no contexto de seus trabalhos na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”, no qual suas porcentagens representam 1,53% das publicações.

Nesse sentido, sobre as temáticas principais, foi possível identificar que no tema sobre Compreensão da deficiência, os trabalhos tem como objetivo compreender a deficiência como uma diversidade humana e muitas dessas análises partem do modelo social da deficiência e das contribuições do grupo londrino *Disability Studies*, os trabalhos visam também compreender a construção social da deficiência, no qual a sociedade exerce interferências marcantes para a sua conceituação, pensando nisso essas produções também defendem e discutem a promoção de justiça social das pessoas com deficiência e a garantia de seus direitos. Além disso, alguns trabalhos têm também como objetivo a compreensão de algumas concepções da deficiência como o modelo social e o modelo integracionista⁵.

Os resultados e conclusões deste tema compreendem que a deficiência é um fenômeno socialmente construído e historicamente é atravessada pela ótica biologicista e cartesiana. (cód.7). Nesse sentido, “Deficiência é uma palavra que carrega estigma. Ao manter o uso da palavra, mantém-se a lógica centrada na doença, no problema e na restrição.” (cód. 63), desse modo as desvantagens que as pessoas com deficiência vivem, não é natural, é um resultado de um movimento discursivo da cultura da normalidade e do discurso médico de que essas pessoas precisam ser reabilitadas. Por isso, muitos dos trabalhos apontam sobre a contribuição do modelo social e de movimentos políticos para a possibilidade de melhores instrumentos para as pessoas com deficiência reivindicarem seus direitos (cód. 6).

Além disso, as movimentações políticas e sociais requerem a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, nesse sentido um dos serviços básicos em que essas pessoas devem ter igualmente é a inserção na educação (cód. 26). Entretanto, outro material conclui que o intuito das políticas públicas é de eliminar as barreiras sociais que impossibilitam a participação das pessoas com deficiência na sociedade, mas é importante refletir que as Políticas Sociais muitas vezes são contraditórias pois ao mesmo tempo que elas são responsáveis pela garantia dos direitos sociais, elas também mantêm as condições de reprodução do capitalismo, dessa forma as barreiras podem ser até amenizadas, mas não eliminadas (cód. 57). Há também

⁵Essa concepção de deficiência absorve elementos tanto do modelo médico, como do modelo social. (Andrada, 2013)

conclusões que alegam pensar além do modelo social, considerando, lógico, as suas contribuições. Porém, é preciso pensar que há um equívoco, quando é interpretado que o médico faz da deficiência uma lesão e o saber sociológico faz da mesma um fenômeno social, na verdade o que é defendido é que tanto um como o outro possui uma base objetiva de verificação (cód. 19).

Sobre a temática de “**Inclusão das pessoas com deficiência**”, os materiais encontrados nesse recorte dos Estudos Sobre deficiência, tem como objetivo analisar a inclusão das pessoas com deficiência em diferentes espaços da sociedade como trabalho, escola, universidades, até mesmo analisar os processos de inclusão dessas pessoas. Pesquisam também a participação das crianças e adolescentes com deficiência no campo do estudo sobre deficiência e a participação em movimentos sociais.

Os resultados e conclusões mostram que a participação das pessoas com deficiência, não precisa se resumir à atividade, ou seja, ao que o indivíduo é capaz de fazer, na verdade a participação se relaciona ao valor humano. No caso das crianças e adolescentes a participação precisa ser considerada como um princípio ético, de garantia de direitos de existir, ser reconhecido e ter suas vulnerabilidades minimizadas pela proteção social, saúde e educação (cód. 25).

Ademais, concluem que o modelo biomédico se demonstra como uma barreira para inclusão das pessoas com deficiência, uma vez que ditam as capacidades e incapacidades das pessoas com deficiência, além disso para lei de cotas do mercado de trabalho, são os parâmetros biomédicos que enquadram os beneficiados dessa reserva. A falta de acessibilidade também causa grandes desigualdades de oportunidades tanto no mercado de trabalho, quanto nas universidades no qual a falta de acessibilidade é multidimensional.

As barreiras na educação não são apenas arquitetônicas, são de comunicação, rejeição, “que não promovem a garantia de direitos e dignidade das pessoas com deficiência” (cód. 53). Portanto a transformação educacional precisa estar interligada com as mudanças estruturais, atitudinais e pedagógicas, no qual siga o princípio de ensinar tudo a todos, isso é tornar o currículo acessível a todos os alunos, isso significa construir diferentes didáticas quando necessário, levando a diferença como um componente da riqueza humana (cód. 47). Nesse sentido, uma escola inclusiva pressupõe uma mudança que ultrapassa o espaço escolar, implica em mudar uma sociedade, uma vez que reconhece a diversidade e possibilita a dignidade, o modelo social, segundo Becker e Anselmo (2020), contempla essa necessidade pois reflete sobre direitos, propicia um olhar atento para a diversidade, educa para a humanidade e supera o modelo médico.

O tema “**Direito das pessoas com deficiência**”, além de investigar os direitos das pessoas com deficiência, busca analisar a evolução histórica sobre os direitos das pessoas com deficiência, sobre os movimentos sociais procuram refletir sobre a participação das pessoas com deficiência e analisar a noção de voz para o desenvolvimento de políticas públicas e inclusão na educação, ademais procuram discutir as mudanças terminológicas e conceituais para se referir ao público alvo da educação especial e suportes educacionais oferecidos para os mesmos.

As conclusões encontradas acerca desse tema constam a deficiência enfrenta um ambiente físico e sociais não inclusivos, as exclusões vivenciadas pelas pessoas com deficiência não é resultado de suas incapacidades, mas sim do limite de acesso que é dado à essas pessoas, da pouca oportunidade de educação, emprego, mobilidade, informação e utilização dos espaços públicos, é uma sociedade concebida apenas para as pessoas sem deficiência (cód. 35). Por isso conclui-se também que entender a deficiência como uma questão de cidadania e direitos implica na politização da relação entre os Estados e as organizações das pessoas com deficiência, no qual passam a discutir suas reivindicações e lutas contra discriminações, de inclusão e transformação sociopolítica. Além disso, os serviços prestados às pessoas com deficiência não devem ser de caráter assistencialista, mas sim de maneira igualitária, derrubando as barreiras que desqualificam as suas diferenças (cód. 24).

Nesse sentido, demonstram que é necessário se apropriar do movimento político das pessoas com deficiência, compreendendo que a representatividade é uma possibilidade de transformação da identidade das pessoas com deficiência, pois tais corpos historicamente foram atravessados pela ciência médica e intencionados para a normalidade, portanto enxergá-los como sujeitos políticos é emancipá-los (cód. 52).

O tema sobre “**Modelo Social da deficiência**” busca apresentar essa concepção de deficiência e aprofundar os estudos na área. Procura também, analisar as mudanças de concepções da deficiência ao longo dos anos como o modelo caricato, médico, até chegar no modelo social e a importância dessa mudança para que as pessoas com deficiência ganhem protagonismo. Os trabalhos que trazem esta temática trazem a discussão de ampliar o entendimento sobre a deficiência, conscientizando sobre a condição de desigualdade que as pessoas com deficiência vivem. Identificam que o Modelo Social é inovador e pouco conhecido. Além disso França (2013) diz que a deficiência tem um grande potencial para ser objeto de estudo no campo da sociologia, pois pode fomentar grandes debates e relevar os meios pelos quais o fundamento normalizador permeia a sociedade, segundo ele o distanciamento desses dois campos, deficiência e sociologia, faz com que a deficiência seja um assunto restrito aos

estudos médicos, dessa forma contribui para a invisibilidade e naturalização da opressão vivida pelas pessoas com deficiência. Outro ponto importante das conclusões é a importância do Modelo Social, não ficar restrito apenas às leis, manuais, convenções, essa concepção deve permear nas nossas relações sociais, esse é o desafio atual a respeito da deficiência.

A temática sobre o “**Capacitismo**”, se encontra os seguintes objetivos, a partir de um percurso histórico refletir sobre o preconceito contra as pessoas com deficiência, refletir sobre o preconceito contra as pessoas com deficiência enquanto grupo social subordinado e destituído do discurso hegemônico, pois a partir do modelo social foi possível identificar barreiras que potencializam o capacitismo (cód. 37). Uma vez que o capacitismo possui vários sentidos que carregam preconceitos e estereótipos, um dos trabalhos compreende o funcionamento dos sentidos das reescrituras⁶ da designação capacitismo (cód. 55). Além disso, outro material procura investigar a relação entre eugenistas e o surgimento da educação especial, no qual as ciências biomédicas operam separando a normalidade da anormalidade, dando a ideia de capazes e incapazes (cód. 54). Nesse sentido, é preciso desconstruir a naturalização do capacitismo repensando o modo em que vivemos em uma sociedade assalariada e refletir em como o capitalismo estigmatiza os corpos considerados “não produtivos” (cód. 60).

As conclusões constatadas nesta parte são de que o sentido que permanece do capacitismo é de que existem pessoas capazes e as pessoas com deficiência são incapazes por natureza, esse sentido traz um discurso generalizador, impossibilitando um olhar individual para os sujeitos com deficiência (cód. 55). Em vista disso, a lógica capacitista se respalda em uma sociedade produtivista e individualista que pressupõe igualdade dentro de diversas formas de preconceitos. Esse sistema de produção, pelo seu parâmetro de tempo e produção determina corpos “não produtivos” como doentes e não eficientes, portanto, o capacitismo como opressão é o resultante de uma sociedade salarial que restringe a existência humana por uma função produtiva (cód. 60). Essa lógica, também é compreendida pelo saber médico, que distingue as pessoas entre capazes e incapazes, refletindo essa ideia nas escolas tornando um lugar capacitista de inspiração eugênica. As contribuições feministas, do modelo social e das associações de lutas anticapacitistas, invertem essa lógica percebendo a deficiência como imposição de barreiras sociais aos corpos indesejados na escola, impedindo seu reconhecimento social e possibilidade de libertação (cód. 54). Por fim, os trabalhos que discutem o capacitismo

⁶ Em tal artigo a reescrituração tem o intuito de compreender os sentidos e o modo como o capacitismo se reescreve.

tentam trazer à tona os conhecimentos e experiências vividas pelas pessoas com deficiência, na tentativa de tornar menor a incidência de discursos e práticas capacitistas (cód. 37).

O tema “**Contribuição do feminismo para os estudos da deficiência**”, pretende mostrar as contribuições dos estudos feministas para os estudos sobre deficiência, caracterizar a produção recente desses estudos, articular os estudos feministas da deficiência com os estudos de gênero e analisar as aproximações e distanciamento desses estudos com os estudos sobre cuidado e maternidade. Os trabalhos concluem que as teóricas feministas provocaram suposições do modelo social, pois quebraram o silêncio sobre o corpo lesado e a certeza que todos os corpos desejam a independência ou se seriam capazes de experimentá-la (cód. 1). Os estudos feministas da deficiência, contribuem também para as ciências sociais e humanas, para as políticas públicas, trazendo a ideia de que a interdependência é um elemento constituinte da relação humana e que o cuidado é um princípio ético de justiça social (cód. 39).

O assunto “**Contribuição da Sociologia para os Estudos sobre Deficiência**” versa sobre pensar a deficiência pela perspectiva sociológica, isso é refletir sobre a história e teorias relacionadas a Sociologia da Deficiência e através disso repensar o significado da deficiência e as práticas da Educação Especial. Portanto, os trabalhos inseridos nesta parte afirmam a discussão de que a sociologia contribui para os Estudos da Deficiência, porém o tema deficiência parece ser ignorado pelo campo da sociologia.

No trabalho de Piccolo (2012), foram encontradas apenas 10 produções acadêmicas, entre dissertações e teses. A hipótese mencionada pelo autor sobre esse resultado refere-se aos sociólogos não considerarem a deficiência digna de “nota”, ou seja, não ser um tema digno de pensar sobre o seu social. No entanto, conclui-se também que a sociologia contribui dando novas vozes para explicar a deficiência e os fenômenos sociais que são associados a esse termo, além disso a Educação Especial pode incorporar essas vozes junto à outras que utiliza para nortear os pressupostos teórico-metodológicos para práticas mais significativas e inclusivas (cód. 13).

O tema sobre “**Contribuição dos Estudos sobre Deficiência**” tem como finalidade identificar as contribuições desses estudos para outros campos do conhecimento, nesse sentido, identifica a contribuição desses estudos para atuação em psicologia na política de assistência social brasileira. Outra contribuição é de uma das concepções dos Estudos Sobre Deficiência, o modelo social, colaborar para o entendimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, procuram analisar a literatura desse campo, ou seja, analisar as críticas feitas pelos *Disability Studies* para as ideologias e práticas de reabilitação.

Em vista disso, é concluído que os Estudos Sobre Deficiência contribuem para auxiliar na discussão e no enfrentamento do processo de exclusão das pessoas com deficiência, além disso coopera para construção de práticas psicossociais pautadas na relação da ética do cuidado, dependência e interdependência. Tais fatores são aspectos norteadores para pensar as práticas psicossociais de uma forma mais acolhedora, humanizada, potencializada e resistente a modos normatizadores, culpabilizados e excludentes (cód. 36). Sobre a contribuição do modelo social conclui-se que essa concepção contribui para diversas áreas do conhecimento, pois segundo Silva, Gesser e Nuernberg (2019) o modelo transfere o olhar direcionado à deficiência para a pessoa na relação com o contexto social e político, ou seja, o foco é voltado para a pessoa e não para o déficit. Para o TEA o modelo não contempla todas as especificidades, mas não deixa de trazer grandes contribuições para o seu entendimento e para as práticas desse grupo. O Modelo Social ajuda a compreender o autismo como uma diversidade biológica, ou seja, que faz parte da variação humana. Dessa forma é percebida a necessidade dessas pessoas serem ouvidas e acolhidas nos seus variados contextos sociais, e que tenham a possibilidade de participar dos processos de construção dos espaços e das políticas públicas (cód. 40).

Por fim, os Estudos Sobre Deficiência também contribuem para os profissionais da reabilitação, uma vez que, segundo Vaz, Antunes e Furtado (2019), a formação crítica supera o conhecimento biomédico e alcança a visão dos direitos humanos e da justiça. Dessa forma os profissionais podem ser aliados na luta contra as estruturas sociais que oprimem pessoas com deficiência, portanto os Estudos Sobre Deficiência são fundamentais para transformar a formação e práticas dos profissionais de reabilitação em relação à deficiência.

Os outros seis trabalhos cujos códigos são 14, 15, 56, 22, 23 e 31, trazem temas específicos, tendo apenas um trabalho cada, por isso optou-se por analisá-los por último de forma individual.

Posto isto, o tema “**Estudos da deficiência na psicologia**” tem como objetivo apontar a importância de a deficiência ser uma categoria de análise nas pesquisas e práxis psicossociais. Assim sendo, a inserção da categoria deficiência nos estudos realizados pela psicologia social, segundo Gesser, Nuernberg e Toneli (2012), norteia a promoção do respeito aos direitos humanos, das minorias e articula com os problemas sociais contemporâneos. Além disso, a psicologia social pode contribuir com seus conhecimentos junto às políticas públicas, com o objetivo de potencializar as pessoas com deficiência na busca de seus direitos sociais. Essa integração ajuda a alargar as investigações sobre o processo de constituição do sujeito, considerando e valorizando os diferentes modos de estar no mundo. Portanto, a aproximação desses dois campos, psicologia social e deficiência, pode promover o avanço da reflexão crítica

em relação à medicalização da vida, combater a segregação das diferenças e beneficiar o entendimento da dimensão identitária do corpo em suas diferentes manifestações e funcionalidades.

O tema da **“Interseccionalidade na deficiência”** tem como finalidade analisar fenômenos sociais e culturais, dos diálogos entre estudos feministas e de gênero com o campo de estudos sobre deficiência, dessa forma procura-se proporcionar uma maior evidência para o debate dessa questão e dessa forma contribuir para as políticas públicas. O texto conclui que a transversalidade da deficiência nas políticas de gênero é importante, e vice-versa, pois o que se espera com isso é enfrentar as formas limitadas de interpretação dos diferentes corpos e modos de vida. A deficiência ganha como uma categoria de análise por esse tema, sendo dessa forma um impulso conceitual (cód. 15).

Outro tema analisado isoladamente, foi o **“Representação das pessoas com deficiência”**, sobre tal temática foi encontrado apenas um texto, no qual procura analisar as representações sociais das pessoas com deficiência, constituídas historicamente e culturalmente. Os autores refletem como esses fatores impactam na vida dessas pessoas e na efetiva inclusão social, tem como base alguns fenômenos como alteridade, diversidade, desigualdade, diversidade, preconceitos e estereótipos (cód. 56). Concluem que existem muitas pesquisas sobre a inclusão das pessoas com deficiência nos diversos ambientes sociais, no entanto, é necessário entender o princípio dessa inclusão e encontrar alternativas viáveis para mudanças das representações sociais que foram produzidas sobre as pessoas com deficiência, pois em algum momento e local, essas representações influenciam na implementação de políticas públicas e projetos de inclusão com efeitos efetivos. Para esse fim, os autores propõem que os meios de comunicação e instituições sociais realizem o papel de comunicadores para divulgar a realidade das pessoas com deficiência e suas necessidades, aumentando a sua participação social e reformulando as representações sociais existentes (cód. 56).

Além desse tema da análise das representações sociais das pessoas com deficiência, outro tema crucial abordado em uma das pesquisas foi **“A violência contra as pessoas com deficiência”**, cujo objetivo é examinar a intersecção entre o campo da deficiência e o da violência, destacando que essas correlações sejam tratadas pela psicologia e outras disciplinas relacionadas. Ao investigar os dois campos, foi evidenciado que tanto o campo da deficiência como o da violência têm raízes históricas, e suas concepções estão internamente ligadas a fatores contextuais, socioculturais, econômicos e políticos específicos de cada período.

Nesse sentido, os autores Wanderer e Pedroza (2015), concluem que a psicologia pode desempenhar um papel importante na formulação de políticas públicas reservadas a esses

fenômenos, contribuindo para tornar mais visível a violência contra as pessoas com deficiência, a partir de mais pesquisas e aprofundamento de teóricos. Além disso, foi identificado que a maior suscetibilidade para as pessoas com deficiência sofrerem violência se relaciona com os processos de discriminação, estigmatização e exclusão social, que ocorrem nas mais diversas relações e limitam seu desenvolvimento. A partir disso, os autores acreditam que as políticas públicas designadas para enfrentar esse problema devem considerar esses fatores como pontos de partida. Outro ponto importante que eles apontam é que considerar a violência presente nos processos de socialização, seja dentro ou fora da família, permite uma visão mais ampla dos casos específicos, possibilitando interferências em diversos níveis. Tais intervenções precisam reconhecer a natureza contínua da violência, de modo que empodera os indivíduos, investindo no processo de suas habilidades de autocuidado e autodefesa. Ademais, é imprescindível capacitar profissionais e cidadãos para identificar e denunciar situações de violência contra pessoas com deficiência, pretendendo proporcionar um melhor suporte, notificação, investigação, responsabilização dos agressores e implementação de medidas de proteção eficazes (cód. 22).

Outro tema pertinente entre os temas individuais foi o “**Conceito de normalidade e autonomia no campo da deficiência**”, no qual o material teve como objetivo ampliar o olhar sobre a deficiência, retirando de uma definição que reduz à doença, problematizando o conceito de autonomia e normalidade. Os autores concluem que pensar na autonomia implica em analisar a deficiência em dois pontos, o primeiro diz respeito à autonomia como um conceito fundamental na caracterização de uma condição corporal atípica como normal ou patológica. Tal consideração permite tirar a deficiência da condição de doença, uma vez que muitas pessoas com variações corporais podem alcançar seus objetivos de vida. O segundo ponto se relaciona com a ideia de a deficiência ser uma barreira para realização dos projetos de vida pessoais, essa ideia traz a necessidade de reformular a ideia de autonomia, ou seja, tornar a linha divisória entre deficiência e eficiência mais ajustável. Uma das alternativas é não encarar a autonomia como soberania, mas interpretá-la em um contexto ético de cuidado, dependência e participação. Dessa forma, é possível preservar a atipia como uma diferença intrínseca, em vez de rotulá-la como doença ou deficiência.

Ao se tratar da normalidade, Gaudenzi e Ortega (2016) evidenciam que é um conceito controverso, no qual pode ser interpretado a partir de diferentes pontos de vista. Quando falamos sobre a condição das pessoas com deficiência, parece que o significado de normalidade utilizado está relacionado diretamente com a ideia de capacidade, ou seja, são determinadas habilidades ou desempenhos, considerados normais ou anormais com base na cultura da

normalidade, no qual são utilizados como base para definir o que é considerado deficiência. Nesse sentido, os autores acham mais interessante abordar essa questão dos corpos considerados atípicos a partir do conceito de normatividade de Canguilhem. A partir desse conceito, o ambiente em que a pessoa vive não engloba apenas aspectos biológicos, mas também sociais, no qual desempenha um papel fundamental na caracterização da condição da pessoa com deficiência. Além disso, analisar a deficiência a partir da normatividade, permite evitar a “ontologia negativa” própria do modelo médico. Portanto a normatividade, possibilita avaliar a deficiência como luz da criatividade da vida, considerando a diversidade de estilos de vida como um valor moral positivo.

Por fim, o último tema codificado foi **“Investigação sobre o trabalho dos Segundos Professores no contexto de seus trabalhos na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”**, cujo objetivo é investigar as significações produzidas por Segundo Professores⁷ sobre seu trabalho na conjuntura de práticas de educação especial no ponto de vista da educação inclusiva. Para isso o estudo teve dois objetivos específicos, o primeiro era compreender os sentidos produzidos por esses professores sobre seu trabalho e o segundo visava analisar barreiras e aspectos facilitadores presentes no desenvolvimento do seu trabalho bem como as concepções de deficiência desses profissionais.

Os resultados desse estudo mostraram que as concepções de deficiência dos segundo professores estavam ancorados em três modelos simultaneamente, isso foi constatado a partir da percepção de que os professores percebem as barreiras atitudinais, curriculares, programáticas, que impedem a plena participação do estudante no ensino regular, essa ideia se referência ao modelo social, entretanto a maneira como os professores agem em respostas à percepção dessas barreiras, altera a sua visão social, pois suas ações se caracterizam como práticas caritativas/assistenciais ou normativas/biomédicas. Os resultados sobre os sentidos produzidos pelos Segundos Professores são de que essa experiência possui um caráter de participação excludente no conjunto das relações educacionais ou escolares, no qual torna a vivência de trabalho desses professores atravessada pelo sofrimento ético-político. Dessa forma a possibilidade de uma participação efetivamente colaborativa não existe, e assim os professores encontram dificuldades em transformar suas práticas aos pressupostos do Modelo Social. No entanto, devido às condições em que esses profissionais se encontram é possível entender tais ações. Eles (as) são contratados provisoriamente, impossibilitando uma

⁷ Conhecido também como Professor da educação especial, esses profissionais têm como função colaborar com o professor do ensino comum no planejamento, execução e avaliação das atividades para um grupo heterogêneo de estudantes, dando maior atenção aos estudantes com deficiência

continuidade de seus trabalhos, não possuem formação continuada, as ofertas de formação continuada são de modelos segregados, além disso suas funções são inferiorizadas e se tornam subalternos no contexto escolar.

Neste sentido, de acordo com Machado (2017) a inserção do Segundo Professor no ensino comum será considerada um avanço para as políticas de educação inclusiva, quando houver investimento na transformação das concepções sobre a deficiência, em rumo aos princípios do Modelo Social, como também, uma transformação na cultura individualista de trabalho, pois os pressupostos devem ser de participação social e trabalho colaborativo. Dessa forma, a autora chama a atenção para emergência de construção de uma cultura inclusiva a partir de pressupostos teóricos e filosóficos de responsabilidade compartilhada, justiça social e direitos humanos. O ensino colaborativo é mobilizador de uma cultura de participação e se fundamenta na colaboração de práticas escolares, dessa forma, segundo a autora é coerente com a proposta de educação inclusiva, mais próximo aos princípios do Modelo Social e ao sujeito de participação. Nesse sentido, é fundamental ressignificar o papel dos segundos Professores na educação especial, a partir de políticas de formação, com o objetivo de superar a separação dos processos de trabalho. Além disso, Machado (2017), considera necessária a compreensão das políticas públicas, de que a inclusão de um segundo professor em sala de aula, não significa a garantia de um sistema escolar inclusivo. Portanto, é urgente a necessidade de transformação das políticas de formação docente, inicial e continuada, com as intenções de construção de práticas colaborativas que auxiliem efetivamente no processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo feito foi possível concluir que por muito tempo a deficiência foi compreendida a partir do ideário do modelo médico, no qual tal fenômeno social é entendida

como uma inadequação para a sociedade, na verdade ela é considerada para este modelo um desvio da normalidade (Medeiros e Diniz, 2004). Em suma, o modelo médico discute a deficiência por meio de um conjunto de teorias e práticas assistenciais em saúde, pressupondo que a causa da experiência da deficiência é a doença ou lesão, ou seja, a deficiência para esse modelo é a restrição corporal do indivíduo para interagir socialmente (Bampi; Guilhem; Alve, 2010).

O modelo social da deficiência originado em 1960, surge como proposta para superar o modelo médico, compreendendo que a mesma é resultado da interação entre características corporais do indivíduo singular e as condições da sociedade em que ele vive, ou seja, é a associação de limitações impostas pelo corpo com algum tipo de perda ou diminuição de funcionalidade, isso é a lesão, com um arranjo social pouco sensível para a diversidade corporal (Medeiros e Diniz, 2004).

Nesse sentido, foi que a partir dos anos 1970 com o surgimento da UPIAS, uma organização do Reino Unido, composta por homens brancos e com deficiência, foi que este debate eclodiu de forma mais significativa nos países britânicos e na Irlanda do Norte, com destaque para a Inglaterra. Originalmente, foi a UPIAS que determinou a exclusão causada pela deficiência, diferenciando lesão de deficiência, a primeira condiz com a “perda total ou parcial de um membro, órgão ou a existência de um mecanismo corporal defeituoso” (UPIAS, 1976 *apud* Medeiros e Diniz, 2004), já a deficiência foi definida como “desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades da vida social” (UPIAS, 1976 *apud* Medeiros e Diniz, 2004). Dessa forma, surgem os Estudos Sobre a Deficiência, com o intuito de retirar a questão da deficiência do campo exclusivamente biomédico e aderir às questões sociológicas.

Outro modelo que veio para desafiar tanto o modelo médico quanto o social, pois trouxe questões que não foram discutidas, foi o das teóricas feministas, conhecido como a segunda geração do Modelo Social. Era um grupo composto por mulheres com deficiência, mães, cuidadoras, que defendiam a ideia de que a deficiência é uma experiência do corpo com lesão com ambientes pouco acolhedores, uma experiência que diz respeito a todos. Reconhecem a dependência e a interdependência como condição humana, pois todas as pessoas experimentam a dependência em algum momento de suas vidas, defendem a ética do cuidado como política pública e a Interseccionalidade como identidade, pois certas características potencializam a exclusão e a opressão social (Bock, *et.al* 2020).

Esses estudos sobre a deficiência no Brasil, chegaram a partir dos anos 2000. A partir da análise feita entre os anos 2001 e 2021, percebemos que é um estudo recente, pois a crescente de publicações sobre o tema começou no ano de 2012, outro ponto que encontramos foi que a maior parte dos trabalhos acadêmicos foram publicados na forma de artigos, de um total 65 trabalhos identificados, 52 são artigos (aproximadamente 80%). Entre os periódicos responsáveis pela publicação dos 52 artigos identificados, destacam-se, as Revistas Estudos Feministas, Quaderns de Psicologia, Educação e Sociedade e Ciência & Saúde Coletiva. Em relação às bases de dados, o Google Acadêmico se mostrou importante, pois 45 dos 65 trabalhos identificados foram recuperados nesta base. Por fim, os autores que se destacam são Gustavo Mendes Piccolo, Marivete Gesser, Débora Diniz e Adriano Nuernberg, ao todo são 16 publicações feitas por eles.

Foram identificados 14 temas principais, a saber: Compreensão da deficiência, Capacitismo, Direito das pessoas com deficiência, Contribuição do feminismo para os estudos da deficiência, Inclusão das pessoas com deficiência, Contribuição da Sociologia para os Estudos sobre Deficiência, Estudos da deficiência na psicologia, Interseccionalidade na deficiência, Modelo social da deficiência, Representação das pessoas com deficiência, Violência contra as pessoas com deficiência, Conceito de normalidade e autonomia no campo deficiência, Investigação sobre o trabalho dos Segundos Professores no contexto de seus trabalhos na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e Contribuição dos estudos sobre deficiência. A partir desses temas, foram analisados seus objetivos, resultados e conclusões, os quais contribuíram, junto com a reflexão do capítulo 1, para responder a pergunta da pesquisa: Qual(is) a(s) contribuição(ões) da produção teórica dos “Estudos sobre a Deficiência” para o desenvolvimento de pesquisas e práticas anticapacitistas na educação?

Diante dessa questão, concluímos que tais produções colaboram para pensarmos em uma educação anticapacitista e inclusiva, nos fazem refletir que as barreiras são além das arquitetônicas ou urbanísticas, elas são atitudinais, de rejeição, comunicação o que torna mais difícil de se modificar, pois é preciso mudar o pensamento e ideologia da sociedade. É preciso pensar que a deficiência não é apenas consequência da patologia, é determinada pelo contexto físico, social e político que a pessoa com deficiência está inserida, ou seja, o que produz o que é considerado incapacidade não é algo individual, é um conjunto das características de saúde com o contexto social (Becker e Anselmo, 2020). Portanto, estes estudos contribuem para refletirmos sobre direitos, promover um olhar para a diversidade, educar para a humanidade e superar o modelo médico, que ainda está presente nas escolas, o lugar onde o diagnóstico deve

ser presente, mas não limitante para o desenvolvimento e processos dos estudantes com deficiência.

Segundo Piccolo (2021) a educação inclusiva, devido a sua objetividade e especificidade, compõe igualmente um meio e um fim, o de estabelecer uma sociedade inclusiva, nesse sentido as mudanças educacionais precisam estar associadas às transformações estruturais, atitudinais e pedagógicas que reverbera a ensinar tudo a todos, para isso é preciso tornar o currículo acessível a todos os estudantes, isso significa que deve ser considerado a apropriação dos conteúdos nos mais diversos estudantes e não da mesma didática aplicável a todos.

Por fim, é importante ressaltar que este trabalho contribui para essas discussões na área e transparece também as lacunas das pesquisas e insuficiências das mesmas, além disso colabora de maneira relevante com as pesquisas posteriores e outras que virão.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. **Revista Polyphonia**, Belo Horizonte, v. 28, p. 32-44, 12 jan. 2017.

ANDRADA, B.F. **Modelos teóricos da deficiência no discurso acadêmico brasileiro: perspectivas integracionistas e o campo da saúde coletiva**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administração) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

AMSTERDAM, N. V., KNOPPERS, A., & JONGMANS, M. (2015). 'It's actually very normal that I'm different'. **How physically disabled youth discursively construct and position their body/self**. *Sport, Education and Society*, 20(2), 152-170. <https://doi.org/10.1080/13573322.2012.749784>

BAMPI, L. ; GUILHEM, D. ; ALVES, E. **Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência**. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [Internet]. jul-ago 2010

BECKER, C.; ANSELMO, A. G. **Modelo social na perspectiva da educação inclusiva**. *Revista Conhecimento Online*, [S. l.], v. 1, p. 90–108, 2020. DOI: 10.25112/rco.v1i0.1854. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1854>. Acesso em: 12 out. 2023.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da educação especial. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 02, n. 03, p. 07-19, 1995 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65381995000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 dez. 2023.

BÖCK, G; K.. L. *et. al*. Estudos da deficiência na educação: reflexões sobre o capacitismo no ensino superior. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social/** Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck, Paula Helena Lopes (organizadoras) – Curitiba: CRV, 2020. P. 211-225

CORREIA, M; SARMENTO, A. G. Representações sociais sobre as pessoas com deficiência e seu impacto na efetividade da inclusão. **Revista Mundi**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 1-26, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Alexandre-Motta-Sarmiento/publication/353665666> Acesso em: 12 out. 2023.

CROCHIK, J. L. *et. al*. Análise de atitudes de professoras do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.3, p. 565 -582, set./dez. 2011

CUNHA, A. C. C. P. **Deficiência como expressão da questão social. Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 303–321, maio 2021.

DA SILVA ALVES, D.S. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 31–44, 2016.

DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social**. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência - SEDPcD/Diversitas/USP Legal- São Paulo, junho/2013.

DINIZ, D. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Série Anis, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p.

DINIZ, D; BARBOSA, L; SANTOS, W. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos** [online]. 2009, v. 6

FRANÇA, T. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 59-73, 31 dez. 2013.

FERREIRA, S.; GESSER, M.; BÖCK, G. ;LEANDRO, G. A produção científica sobre capacitismo na educação básica: Uma revisão integrativa de literatura. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. e23022, 2023. DOI: 10.21814/rpe.27998. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/27998>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F.. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3061–3070, out. 2016.

GARCIA, R. M. C. Educação especial na perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticos. **Comunicações**, v. 23, n. 3, p. 7-26, 2016.3061–3070, out. 2016.

GAVÉRIO, M. A. . Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpodeficientenos disability studies: Nothing about us, without our bodies! The location of the disabled body in disability studies. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 95–117, 2017.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557–566, 2012.

GOMES, R; LOPES, P.H; GESSER, M; TONELI, M.J. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 14, p. 1-14, 27 jan. 2019. DOI 10.1590/1806-9584-2019v27n148155. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/c7sJxYbSppg9kQMNvwwN6fh/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 21 ago. 2022.

HARLOS, F. **Sociologia da Deficiência: Vozes por Significados e Práticas (mais) Inclusivas**. Orientador: Prof^ª. Fátima Elisabeth Denari. 2012. 201 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, [S. l.], 2012.

IVANOVICH, A.; GESSER, M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a) políticos. **Quaderns de psicologia**, v. 22, n. 3, p. e1618-e1618, 2020.

JUNIOR, L. M.; MARTINS, R. E.; DIAS, J. O ensino de Geografia na perspectiva do modelo social da deficiência. **Roteiro**, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 587–612, 2017. DOI: 10.18593/r.v42i3.13741. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/13741>. Acesso em: 21 ago. 2022.

LIMA, A. Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas| *Ableism and eugenics in Brazilian education: a reflection from epistemological approximations*. **Revista PHILIA| Filosofia, Literatura & Arte**, v. 3, n. 1, p. 2-20, 2021.

MACHADO, A. **Investigando as significações produzidas por segundos professores sobre seu trabalho no contexto das práticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Orientador: Prof. Dr. Adriano Henrique Nuernberg. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MAGNABOSCO, M; DE SOUZA, L. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], p. 1-11, 27 fev. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n256147>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xN3zgQD7sqggSwxrZfV7qQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MARTINS, B. S. Deficiência, política e direitos sociais. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, [S. l.], v. 26, p. 169–187, 2016. DOI: 10.14295/juris.v26i0.6098. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/6098>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MARTÍN. M. T. Capacitismo. **Barbarismos queer y otras esdrújulas**. Barcelona. Ed. Bellaterra. 2017. Páginas 73- 81. ISBN: 978-84-7290-829-1

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. Trama, **Marechal Cândido Rondon**, v. 17, n. 40, p. 56–66, 2021. DOI: 10.48075/rt.v17i40.26199. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199>. Acesso em: 12 out. 2023.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento**. Textos para Discussão IPEA, Brasília, Texto para Discussão 1040, 2004. OLIVER,

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 23, p. 118–139, 2019. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/112>. Acesso em: 12 out. 2023.

MELLO, A. G. DE .; NUERNBERG, A. H.. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, p. 635–655, set. 2012. **Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 23, p. 118–139, 2019

MENDES, E. G. Breve historia de la educación especial en Brasil. **Revista Educación y pedagogia**, n. 57, p. 93-109, 2010.

MUITO ALÉM DOS 60: OS NOVOS IDOSOS BRASILEIROS, 2004, Brasília. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento [...]**. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1878/1/TD_1040.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

NEPOMUCENO, M. **Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma análise sobre o modelo social**. Orientador: Profa. Dra. Raquel Martins de Assis. 2019. 171 f. Tese (Doutorado em Educação e Docência) - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2019.

PANISSON, G; GESSER, M; GOMES, M. Contribuições dos estudos sobre deficiência para atuação de psicólogas(os) na política de assistência social brasileira. **Quaderns de Psicologia**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 221-234, 20 dez. 2018. DOI <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1458>. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v20-n3-panisson-gesser-gomes>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PICCOLO, G.; MENDES, E. Sobre formas e conteúdo: a deficiência como produção histórica. **Perspectiva**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 283-315, 2013. DOI: 10.5007/2175-795X.2013v31n1p283.

PICCOLO. G; MOSCARDINI. S; COSTA. V. Implicações teóricas e práticas advindas do conceito social de deficiência Theoretical. InterMeio: **Revista Do Programa De Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 15, n. 30, p. 71-83, 11 jul. 2016.

PICCOLO, G. M. PELO DIREITO DE APRENDER: Contribuições do modelo social da deficiência à inclusão escolar. **Educação em Revista**, v. 38, p. e36926, 2022

PINTO, P. Por uma sociologia pública: repensar a deficiência na ótica dos direitos humanos. **Análise Social**, [S. l.], v. 53, n. 229, p. 1012-1035, 24 jan. 2018. DOI <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018229.07>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/22246/16382>. Acesso em: 21 ago. 2022.

RIBAS, L. A (re)construção social da deficiência para a compreensão de uma diversidade humana. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 216-225, maio 2020. ISSN 2359-2494.

SAMPAIO, T. da S.; FERREIRA, V. S. Modelos de deficiência/ Disability models. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 25676–25683, 2019. DOI: 10.34117/bjdv5n11-224.

SANTOS, T; MOREIRA, M.C; GOMES, R. Quando a participação de crianças e jovens com deficiência não se resume à atividade: um estudo bibliográfico. **Ciênc. saúde colet.**, [S. l.], p. 3111-3121, 21 out. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.13302016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6HPjsWrCjcP74k5dgPGLLsm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SANTOS, W. R. DOS. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 501–519, set. 2008.

SANTOS, L. “Deficiência” para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra. **Pensata**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. DOI: 10.34024/pensata. 2020. v9.11100. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11100>. Acesso em: 2 nov. 2023

SILVA, S. C. da; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. A contribuição do modelo social da deficiência para a compreensão do Transtorno do Espectro Autista. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 187-207, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/12897>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SIMONELLI, A. P. **Contribuições da análise da atividade e do modelo social para a inclusão no trabalho de pessoas com deficiência**. 2009. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSCar, São Carlos, 2009

SIQUEIRA, D.; DORNELLES, T. G.; ASSUNÇÃO, S. M. de. Experienciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 145-164.

SOUZA DA SILVA. J. Revisitando a Acessibilidade a partir do Modelo Social da Deficiência: Experiências na Educação Superior. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 60, p. 197-214, 20 ago. 2018. DOI <https://doi.org/10.5902/1984686X23590>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906017/html/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

VENDRAMIN, C. **Repensando Mitos Contemporâneos: O Capacitismo**. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos, Campinas, p. 16-25, 2019

WANDERER, A.; PEDROZA, R.A violência como tema transversal aos estudos sobre a deficiência: interconexões necessárias. *Estud. pesqui. psicol.* [online]. 2015, vol.15, n.1, pp. 178-195. ISSN 1808-4281.

APÊNDICE

| Código | Ano | Título | Autores | Tipo de publicação | Local de Publicação | Plataforma | Link |
|--------|------|---|--|--------------------------------|---|----------------------------|-------------------------|
| 1 | 2003 | Modelo social da deficiência: a crítica feminista | Débora Diniz | Artigo de revista | SérieAnnis | Google Acadêmico | Link 1 |
| 2 | 2004 | A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento | Marcelo Medeiros e Débora Diniz | Trabalho para evento acadêmico | Ipea | Google Acadêmico | Link 2 |
| 3 | 2005 | Denominações da infância: do anormal ao deficiente | Eric Plaisance | Artigo de revista | Educ. Soc | Biblioteca Digital Unicamp | Link 3 |
| 4 | 2007 | O que é deficiência: Primeiros Passos | Débora Diniz | Livro | Editora Hedra Ltda. | Google Acadêmico | Link 4 |
| 5 | 2007 | A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma | Kátia Monteiro De Benedetto Pacheco e Vera Lucia Rodrigues Alves | Artigo de revista | ACTA FISIA T | Google Acadêmico | Link 5 |
| 6 | 2008 | Pessoas com deficiência: nossa maior minoria | Wederson Rufino dos Santos | Artigo de revista | Physis: Revista de Saúde Coletiva | Scielo | Link 6 |
| 7 | 2009 | Implicações teóricas e práticas advindas do conceito social de deficiência | Gustavo Martins Piccolo, Saulo Fantato Moscardini e Vanderlei Balbino da Costa | Artigo de revista | InterMio | Google Acadêmico | Link 7 |
| 8 | 2009 | Contribuições da análise da atividade e do modelo social para a inclusão no trabalho de pessoas com deficiência | Angela Paula Simonelli | Tese de doutorado | Univer sidade Federal de São Carlos | Biblioteca Digital UFSCAR | Link 8 |
| 9 | 2009 | Deficiência, direitos humanos e justiça | Debora Diniz, Lívia Barbosa e Wederson Rufino dos Santos | Artigo de revista | Revista internacional de direitos Humanos | Scielo | Link 9 |
| 10 | 2010 | Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência | Luciana Neves da Silva Bampi, Dirce Guilhem e Elioenai Dornelles Alves | Artigo de revista | Rev. Latino-Am. Enfermagem | Google Acadêmico | Link 10 |

| | | | | | | | |
|----|------|---|--|-------------------------|---|---------------------------|-------------------------|
| 11 | 2012 | A emancipação dos estudos da deficiência | Bruno Sena Martins, Fernando Fontes, Pedro Hespanha e Aleksandra Berg | Artigo de revista | Revista Crítica de Ciências Sociais | Google Acadêmico | Link 11 |
| 12 | 2012 | Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência | Gustavo Martins Piccolo | Tese de doutorado | Universidade Federal de São Carlos | Biblioteca Digital UFSCAR | Link 12 |
| 13 | 2012 | Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas | Franco Ezequiel Harlos | Tese de doutorado | Universidade Federal de São Carlos | Biblioteca Digital UFSCAR | Link 13 |
| 14 | 2012 | A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social | Marivete Gesser, Adriano Henrique Nuernberg e Maria Juracy Filgueiras Toneli | Artigo de revista | Psicologia & Sociedade | Scielo | Link 14 |
| 15 | 2012 | Gênero e deficiência: interseções e perspectivas | Anahi Guedes de Mello e Adriano Henrique Nuernberg | Artigo de revista | Estudos Feministas | Scielo | Link 15 |
| 16 | 2013 | Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica | Gustavo Martins Piccolo e Enicéia Gonçalves Mendes | Artigo de revista | PERSPETIVA | Google Acadêmico | Link 16 |
| 17 | 2013 | Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social | Tiago Henrique França | Artigo de revista | Revista Lutas sociais | Google Acadêmico | Link 17 |
| 18 | 2013 | Modelos teóricos da deficiência no discurso acadêmico brasileiro: perspectivas integracionistas e o campo da saúde coletiva | Bárbara Fonseca da Costa Caldeira de Andrada | Dissertação de mestrado | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Google Acadêmico | Link 18 |
| 19 | 2013 | Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência | Gustavo Martins Piccolo e Enicéia Gonçalves Mendes | Artigo de revista | Educ. Soc | Biblioteca Digital UFSCAR | Link 19 |
| 20 | 2014 | A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência | Tiago Henrique França | Artigo de revista | Revista Brasileira de História & Ciências Sociais | Google Acadêmico | Link 20 |

| | | | | | | | |
|----|------|---|--|----------------------|---|----------------------------------|-------------------------|
| 21 | 2015 | "Que corpo deficiente é esse?": notas sobre corpo e deficiência nos disability studies | Marco Antonio Gavério | TCC | Univer sidade Federal de São Carlos | Google Acadêmico | Link 21 |
| 22 | 2015 | A violência como tema transversal aos estudos sobre a deficiência: interconexões visíveis | Aline Wanderer, Regina Lúcia Sucupira Pedroza | Artigo de revista | Estudo s e Pesqui sas em Psicolo gia | Biblioteca Digital Unicamp | Link 22 |
| 23 | 2016 | Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade | Paula Gaudenzi e Francisco Ortega | Artigo de revista | Ciênc. Saúde | Google Acadêmico | Link 23 |
| 24 | 2016 | Deficiência, política e direitos sociais | Bruno Sena Martins | Artigo de revista | JURIS | Google Acadêmico | Link 24 |
| 25 | 2016 | Quando a participação de crianças e jovens com deficiência não se resume à atividade: um estudo bibliográfico | Tatiana Vasconcelos dos Santos, Martha Cristina Nunes Moreira e Romeu Gomes | Artigo de revista | Ciênc. Saúde | CAPES | Link 25 |
| 26 | 2016 | Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história | Denise Soares Da Silva Alvez | Artigo de revista | Polyph onía | Google Acadêmico | Link 26 |
| 27 | 2017 | Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies | Marco Antonio Gavério | Artigo de revista | Revista Argum entos, Depart amento de Polític a e Ciênci as Sociais | Google Acadêmico | Link 27 |
| 28 | 2017 | O ensino de geografia na perspectiva do modelo social da deficiência | Luiz Martins Junior, Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins e Julice Dias | Artigo de revista | Revista Roteiro | Google Acadêmico | Link 28 |
| 29 | 2017 | Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência | Heloisa Helena Barboza e Vitor de Azevedo Almeida Junior | Artigo de revista | Revista Brasile ira de Direito Civil | Google Acadêmico | Link 29 |
| 30 | 2017 | Construções discursivas acerca da deficiência intelectual: entre concepções e implicações para políticas | Marília Costa Dias | Tese de Doutorado | Univer sidade de São Paulo | Google Acadêmico | Link 30 |

| | | | | | | | |
|----|------|--|--|-------------------------|--|----------------------------------|-------------------------|
| | | públicas | | | | | |
| 31 | 2017 | Investigando as significações por segundos professores sobre o seu trabalho no contexto das práticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.' | Ana Paula Machado | Dissertação de mestrado | Univer sidade Federal de Santa Catarin a | CAPES | Link 31 |
| 32 | 2018 | Deficiência intelectual: análise da produção científica com base no modelo biomédico e modelo social da deficiência | Andreia Silva da Mata | Artigo de revista | Filos.e Educ | Google Acadêmico | Link 32 |
| 33 | 2018 | O binômio deficiência-normalização: por que uma perspectiva alternativa é necessária? | Laura Maria Morales-Navarro | Artigo de revista | Ayvu, Rev. Psicol. | Google Acadêmico | Link 33 |
| 34 | 2018 | Revisitando a acessibilidade a partir do modelo social da deficiência: experiências na educação superior | Jackeline Susann Souza da Silva | Artigo de revista | Revista Educaç ão Especi al | Biblioteca Digital Unicamp | Link 34 |
| 35 | 2018 | Por uma sociologia pública: repensar a deficiência na ótica dos direitos humanos. | Paula Campos Pinto | Artigo de revista | Anális e Social | Biblioteca Digital Unicamp | Link 35 |
| 36 | 2018 | Contribuições dos Estudos sobre Deficiência para atuação de psicólogas(os) na Política de Assistência Social Brasileira | Gelson Panisson, Marivete Gesser e Marcela de Andrade Gomes | Artigo de revista | Quader ns de Psicolo gia | Biblioteca Digital Unicamp | Link 36 |
| 37 | 2019 | Capacitismo e lugar de fala: Repensando barreiras atitudinais | Letícia Souza Mello e Luiza Griesang Cabistani | Artigo de revista | Revista da Defens oria Pública RS | Google Acadêmico | Link 37 |
| 38 | 2019 | Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma análise sobre o modelo social | Maristela Ferro Nepomuceno | Tese de doutorado | Univer sidade Federal de Minas Gerais | Google Acadêmico | Link 38 |
| 39 | 2019 | Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência | Ruthie Bonan Gomes, Paula Helena Lopes, Marivete Gesser e Maria Juracy Filgueiras Toneli | Artigo de revista | Revista Estudo s Femini stas | Google Acadêmico | Link 39 |
| 40 | 2019 | A contribuição do modelo social da deficiência para a | Solange Cristina da Silva, Marivete Gesser | Artigo de revista | Revista Educaç | Google Acadêmico | Link 40 |

| | | | | | | | |
|----|------|---|--|-------------------|------------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| | | compreensão do Transtorno do Espectro Autista | Adriano Henrique Nuernberg | | ção, Artes e Inclusão | | |
| 41 | 2019 | Modelos de deficiência | Thiago da Silva Sampaio | Artigo de revista | Brazilian Journal of Development | Google Acadêmico | Link 41 |
| 42 | 2019 | Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero | Molise de Bem Magnabosco e Leonardo Lemos de Souza | Artigo de revista | Revista Estudos Feministas | Biblioteca Digital Unicamp | Link 42 |
| 43 | 2019 | Tensões e possibilidades no campo da reabilitação sob a ótica dos estudos da deficiência | Daniela Virgínia Vaz, Ana Amélia Moraes Antune e Sheyla Rossana Cavalcanti Furtado | Artigo de revista | Cad. Bras. Ter. Ocup | Biblioteca Digital USP | Link 43 |
| 44 | 2020 | A (re)construção social da deficiência para a compreensão de uma diversidade humana | Luana de Melo Ribas | Artigo de revista | Cadernos RCC | Google Acadêmico | Link 44 |
| 45 | 2020 | Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social | Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck, Paula Helena Lopes | Livro | Editora CRV | Google Acadêmico | Link 45 |
| 46 | 2020 | Contribuições do modelo feminista nos estudos da deficiência para uma perspectiva de prática inclusiva educacional baseada na interdependência. | Gabriela Vieira de Abreu, Janaína Mariano César e Márcia Roxana Cruces Cuevas | Artigo de revista | Pesquisas e Práticas Psicossociais | Google Acadêmico | Link 46 |
| 47 | 2021 | Pelo direito de aprender: contribuições do modelo social da deficiência à inclusão escolar | Gustavo Martins Piccolo | Artigo de revista | SciELO Preprint | Google Acadêmico | Link 47 |
| 48 | 2020 | Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência | Júlia Campos Clímaco | Artigo de revista | Revista Estudos Feministas | Google Acadêmico | Link 48 |
| 49 | 2020 | Deficiência e Direitos Humanos: muito além de uma experiência | Sandra Leal de Melo Dahia, Henrique Jorge Simões Bezerra, Heitor Marinho da Silva Araújo; Jadson Rodrigo Silva Gomes e Gabriela Farias Nazário de Oliveira | Artigo de revista | Diálogo e Extensão | Google Acadêmico | Link 49 |

| | | | | | | | |
|----|------|---|---|-------------------|---|------------------------|-------------------------|
| 50 | 2020 | Vozes do ativismo para o autismo e a deficiência intelectual no Brasil | Patrícia Carla Gonçalves Salvatori e Luiz Alberto Beserra de Farias | Artigo de revista | Abrapcorp | Google Acadêmico | Link 50 |
| 51 | 2020 | Evolução histórica dos direitos das pessoas com deficiência e questões associadas no Brasil | Alanna Larisse Saraiva de Farias e Carlos Alberto Soares Júnior | Artigo de revista | Revista Multidisciplinar e de Psicologia | Google Acadêmico | Link 51 |
| 52 | 2020 | Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a)políticos | Ana Carolina Friggi Ivanovich e Marivete Gesser | Artigo de revista | Quadrantes de Psicologia | Google Acadêmico | Link 52 |
| 53 | 2020 | Modelo social na perspectiva da educação inclusiva | Caroline Becker e Alexandre Guilherme Anselmo | Artigo de revista | Revista Conhecimento Online | Biblioteca Digital USP | Link 53 |
| 54 | 2021 | Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas | André Luís de Souza Lima | Artigo de revista | Revista PHILIA | Google Acadêmico | Link 54 |
| 55 | 2021 | Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. | Andressa Marchesan e Rejane Fiepke Carpenedo | Artigo de revista | Revista Tram | Google Acadêmico | Link 55 |
| 56 | 2021 | Representações sociais sobre as pessoas com deficiência e seu impacto na efetividade da inclusão | Maria Aparecida de Carvalho Correia e Alexandre Guilherme Motta Sarmiento | Artigo de revista | Revista Mundi Sociais e Humanidades | Google Acadêmico | Link 56 |
| 57 | 2021 | Deficiência como expressão da questão social | Ana Carolina Castro P. Cunha | Artigo de revista | Serv. Soc. Soc | Google Acadêmico | Link 57 |
| 58 | 2021 | Concepções de deficiência dos ativistas com deficiência: uma análise dos modelos teóricos subjacentes | Jadson Rodrigo Silva Gomes | TCC | Universidade Federal da Paraíba | Google Acadêmico | Link 58 |
| 59 | 2021 | Apontamentos sobre as possibilidades de uma sociologia da deficiência | Marco Antônio Gavério | Artigo de revista | Contemporânea: revista de sociologia UFSCAR | Google Acadêmico | link 59 |

| | | | | | | | |
|----|------|---|--|-------------------|--|----------------------------|-------------------------|
| 60 | 2021 | “Deficiência” para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra. | Larissa Xavier dos Santos | Artigo de revista | Revista Pensata | Google Acadêmico | Link 60 |
| 61 | 2021 | A materialização da deficiência na atualidade: algumas considerações | Luisa Leoncio Monti | Artigo de revista | Revista de Estudos em Educação e Diversidade | Google Acadêmico | Link 61 |
| 62 | 2021 | Anticapacitismo e participação política de pessoas com deficiência intelectual: dimensão educativa de movimentos de autodefensoria | Luciana Stoppa dos Santos | Tese de Doutorado | Universidade de São Paulo | Google Acadêmico | Link 62 |
| 63 | 2021 | Deficiência: palavras, modelos e exclusão | Paulo Henrique dos Santos Mota e Aylene Bousquat | Artigo de revista | SAÚDE DEBATE | Google Acadêmico | Link 63 |
| 64 | 2021 | Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras | Marcia Denise Pletsch e Flávia Faissal de Souza | Artigo de revista | RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação | Biblioteca Digital Unicamp | Link 64 |
| 65 | 2021 | ¿Y si Nombramos Voz cada Minúscula Diferencia? Inclusiónen Jaque: Trayectorias Empíricas de la Voz desde el Modelo Social de Discapacidad | Kyuttza Gómez-Guinarte Marta Infante Jaras | Artigo de revista | Archivos Analíticos de Políticas Educativas | Biblioteca Digital Unicamp | Link 65 |